



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MAYLLON GALBAN DE ALMEIDA

**INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE:** Ensaio sobre desalento,
economia solidária e liderança feminina

**Maringá
2025**

MAYLLON GALBAN DE ALMEIDA

**INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA EM
CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE:** Ensaio sobre desalento,
economia solidária e liderança feminina

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teoria Econômica.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Araujo

Maringá
2025

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

A447i

Almeida, Mayllon Galban de

Inclusão produtiva e geração de renda em contextos de vulnerabilidade : ensaios sobre desalento, economia solidária e liderança feminina / Mayllon Galban de Almeida. -- Maringá, PR, 2025.

64 f. : il. color., figs., tabs.

Orientadora: Profa. Dra. Elisangela Luzia Araujo.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia, Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas, 2025.

1. Economia solidária. 2. Liderança feminina. 3. Desalento - Exclusão estrutural. 4. Mercado de trabalho. 5. Vulnerabilidade. I. Araujo, Elisangela Luzia, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas. III. Título.

CDD 23.ed. 334

FOLHA DE APROVAÇÃO

MAYLLON GALBAN DE ALMEIDA

INCLUSÃO PRODUTIVA E GERAÇÃO DE RENDA EM CONTEXTOS DE VULNERABILIDADE: Ensaio sobre desalento, economia solidária e liderança feminina

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Ciências Econômicas
da Universidade Estadual de Maringá
como requisito parcial para obtenção do
título de Mestre em Teoria Econômica.

Aprovado em: 29 de agosto de 2025.

Banca Examinadora

Professora Dra. Elisangela Araujo (Orientadora)
Universidade Estadual de Maringá

Professora Dra. Ana Cristina Lima Couto
Universidade Estadual de Maringá

Professora Dra. Maríndia Brites
Universidade Federal do Paraná

Professora Dra. Mara Lucy Castilho (Suplente)
Universidade Estadual de Maringá

Professor Dr. Felipe Orsolin Teixeira (Suplente)
Universidade Federal do Paraná

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder saúde, perseverança e a oportunidade de trilhar este caminho, iluminando minhas decisões e fortalecendo minha fé nos momentos de dificuldade.

À minha família, pelo apoio incondicional, paciência e incentivo constante. Em especial, à minha mãe, pelo exemplo de dedicação, pelo incentivo diário e pelos valores que orientam minha vida. Ao meu namorado, Almir Lopes, por estar ao meu lado em cada etapa desta jornada, pelo amor, compreensão, paciência nos momentos de ausência e pelo apoio inestimável que me deu forças para seguir adiante.

À minha orientadora, Elisangela Araujo, por ter me dado oportunidades únicas, por toda a orientação, paciência e dedicação, bem como pelo incentivo constante que foi essencial para a concretização deste trabalho.

À banca examinadora, pela disponibilidade, pelas contribuições e reflexões valiosas que contribuíram para o enriquecimento deste trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Maringá, pelas discussões construtivas, pelo compartilhamento de conhecimentos e pela convivência enriquecedora ao longo do curso. Agradeço, de forma especial, à Denise, por esclarecer dúvidas, encaminhar informações e acompanhar de perto as demandas ao longo desta trajetória.

À professora Mara Castilho, por me proporcionar a oportunidade de ingressar em um projeto que contribuiu diretamente para o desenvolvimento desta dissertação.

Aos participantes e instituições que, direta ou indiretamente, contribuíram com informações, apoio técnico e incentivo para o desenvolvimento desta pesquisa.

E a todos que, de alguma forma, participaram desta trajetória, meus sinceros agradecimentos.

“From the depth of need and despair, people can work together, can organize themselves to solve their own problems and fill their own needs with dignity and strength.”

César Chávez

RESUMO

Esta dissertação investiga os mecanismos de exclusão e inclusão produtiva no mercado de trabalho brasileiro, articulando dois eixos principais: o desalento, entendido como uma forma de exclusão estrutural, e a liderança feminina em empreendimentos de economia solidária. A ideia central do estudo é que o mercado de trabalho brasileiro apresenta múltiplas manifestações de exclusão estrutural, sendo o desalento – caracterizado pela desistência da busca por emprego diante da ausência de perspectivas reais de inserção – uma de suas formas preocupantes, frequentemente subestimada ou invisibilizada nas estatísticas tradicionais. Nesse cenário, a economia solidária desponta como alternativa promissora de reinserção produtiva para trabalhadores marginalizados, com destaque para as mulheres, que representam a maioria nesse grupo. A dissertação está organizada em dois ensaios independentes, porém interconectados pelo objetivo central. A abordagem metodológica combina análise teórica e contextual com investigação empírica, incluindo um estudo de caso e modelagem econométrica. O primeiro ensaio, de natureza quantitativa, utiliza microdados da PNADC (2012-2024) e estima um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM) para examinar a relação entre o desalento e variáveis macroeconômicas. Os resultados indicam que o desalento é um fenômeno estrutural e persistente, moldado por fatores macroeconômicos, mas, sobretudo, pela sua própria dinâmica interna, à luz das contradições históricas do mercado de trabalho brasileiro. O segundo ensaio apresenta um estudo de caso sobre um coletivo de mulheres cuja atividade principal é a costura, localizado no Conjunto José Richa, em Sarandi/PR, e incubado pela Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O ensaio evidencia o potencial da economia solidária para a geração de trabalho e renda, bem como para o fortalecimento da liderança e do empoderamento feminino em contextos de vulnerabilidade social. Ao articular dimensões qualitativas e quantitativas, o estudo ressalta a relevância de políticas públicas que incentivem iniciativas de economia solidária como alternativa ao modelo econômico tradicional, com potencial para promover resultados mais justos, inclusivos e sustentáveis.

Palavras-chave: economia solidária; liderança feminina; desalento; mercado de trabalho; VECM.

ABSTRACT

This dissertation investigates the mechanisms of exclusion and productive inclusion in the Brazilian labor market, articulating two main axes: discouragement, understood as a form of structural exclusion, and female leadership in solidarity economy enterprises. The central idea of the study is that the Brazilian labor market exhibits multiple manifestations of structural exclusion, with discouragement—characterized by the abandonment of the search for employment in the face of the absence of real prospects for insertion—standing out as one of its most concerning forms, often underestimated or rendered invisible in traditional labor market statistics. In this context, the solidarity economy emerges as a promising alternative for the productive reintegration of marginalized workers, particularly women, who constitute the majority within this group. The dissertation is organized into two independent yet interconnected essays, aligned with the central objective of the research. The methodological approach combines theoretical and contextual analysis with empirical investigation, including a case study and econometric modeling. The first essay, quantitative in nature, uses PNADC microdata (2012–2024) and estimates a Vector Error Correction Model (VECM) to examine the relationship between discouragement and macroeconomic variables. The results indicate that discouragement is a structural and persistent phenomenon, shaped by macroeconomic factors but, above all, by its own internal dynamics, in light of the historical contradictions of the Brazilian labor market. The second essay presents a case study of a women’s collective whose main activity is sewing, located in the José Richa Housing Complex in Sarandi, Paraná, and incubated by the Unitrabalho Incubator at the State University of Maringá (UEM). The essay highlights the potential of the solidarity economy to generate work and income, as well as to strengthen women’s leadership and empowerment in contexts of social vulnerability. By integrating qualitative and quantitative dimensions, the study underscores the relevance of public policies that encourage solidarity economy initiatives as an alternative to the traditional economic model, with the potential to foster fairer, more inclusive, and more sustainable outcomes.

Keywords: solidarity economy; female leadership; discouragement; labor market; VECM.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista aérea do Bairro José Richa em Sarandi/PR	52
Figura 2 – Produtos comercializados pelo coletivo de mulheres	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pessoas desalentadas no Brasil (2012-2024)	22
Tabela 2 – Distribuição da taxa de desalento no Brasil, em percentual, 2012-2024.....	23
Tabela 3 – Resultado dos testes de raízes unitárias das variáveis em nível	27
Tabela 4 – Resultado das raízes unitária das variáveis em primeira diferença	28
Tabela 5 – Teste de cointegração de Johansen	30
Tabela 6 – Estimativas da Equação de Longo Prazo para o Desalento	32
Tabela 7 – Análise da decomposição da variância	34
Tabela 8 – Distribuição organizacional dos EES por gênero, Brasil, 2023.....	46
Tabela 9 – Distribuição de atividades econômicas nos EES por gênero, Brasil, 2023 ..	47
Tabela 10 – Distribuição percentual de empreendimentos e participação por gênero nos estados brasileiros.....	48

Lista de Abreviaturas e Siglas

BCB	Banco Central do Brasil
CADSOL	Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários
DCSOL	Declaração de Empreendimento Econômico Solidário
EES	Empreendimento Econômico Solidário
ES	Economia Solidária
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IMDG	Índice Multidimensional de Desigualdade de Gênero
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JEL	Journal of Economic Literature (sistema de classificação de áreas de pesquisa econômica)
PIB	Produto Interno Bruto
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
VECM	Vetor de Correção de Erros (Vector Error Correction Model)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO GERAL	12
1 ENSAIO 1: DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DO DESALENTO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS PARA O PERÍODO 2012-2024.....	17
1.1 INTRODUÇÃO	17
1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DO DESALENTO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....	19
1.3 BREVE PANORAMA DO DESALENTO NO BRASIL (2012-2024)	22
1.4 ANÁLISE EMPÍRICA: A INFLUÊNCIA DOS FATORES MACROECONÔMICOS SOBRE O DESALENTO NO BRASIL (2012 - 2024).....	25
1.4.1 Procedimentos metodológicos	25
1.4.2 Teste de raiz unitária	25
1.4.3 Teste de Cointegração de Johansen	29
1.4.4 Modelo VECM.....	30
1.4.5 Análise da decomposição da variância	33
1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
2 ENSAIO 2: A LIDERANÇA FEMININA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DE UM COLETIVO DE MULHERES NA CIDADE DE SARANDI/PR	39
2.1 INTRODUÇÃO	39
2.2 MERCADO DE TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO: BREVE REVISÃO DA LITERATURA	41
2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM PANORAMA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E A QUESTÃO DE GÊNERO.....	43
2.4 A LIDERANÇA FEMININA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO	51
2.4.1 Contexto e ambiente para a incubação da cooperativa de mulheres ..	51
2.4.2 O projeto “Liderança Feminina no Conjunto José Richa em Sarandi/PR	53
2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
CONCLUSÃO GERAL DA DISSERTAÇÃO	60
REFERÊNCIAS	62

INTRODUÇÃO GERAL

Desde as últimas décadas do século XX, o Brasil tem vivenciado transformações profundas nas dinâmicas do mercado de trabalho, impulsionadas por fatores como globalização, avanços tecnológicos, reestruturações produtivas e instabilidade macroeconômica [Antunes, (2006); Filgueiras e Cavalcanti (2020)].

Essas transformações acentuaram a precarização das relações laborais, o crescimento da informalidade e o enfraquecimento de vínculos empregatícios formais. Em meio a esse cenário, consolidam-se situações de exclusão estrutural do trabalho, entre as quais se destaca o desalento – condição em que indivíduos, embora desejem trabalhar, desistem de buscar um emprego por acreditarem que não terão sucesso (IBGE, 2025). Conforme dados da PNADC (2025), em 2024 havia 3,28 milhões de desalentados no país. Embora esse número tenha diminuído em relação ao período pandêmico, ainda corresponde a cerca de 3% da força de trabalho, a qual enfrenta barreiras significativas à inserção produtiva – não apenas os trabalhadores com menor escolaridade, mas também, e de forma crescente, entre os mais escolarizados.

O desalento constitui uma das mais evidentes fragilidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro. Embora façam parte da força de trabalho potencial, os trabalhadores desalentados encontram-se subutilizados e, na maioria das vezes, invisibilizados pelas métricas tradicionais de desemprego. A presença do desalento evidencia a persistência de barreiras ao acesso ao mercado formal de trabalho, refletindo desigualdades estruturais e limitações institucionais [Gonzaga e Reis (2011); Ericson (2020); Anjos e Cardoso (2023)]. Cabe adicionar, que embora tenham uma participação inferior à masculina no mercado de trabalho, as mulheres sempre constituíram maioria dentre os desalentados, indicando a persistência da desigualdade de gênero nas questões laborais (PNADC, 2025).

Segundo Long (1953), o desalento é uma resposta racional a contextos de crise, quando os custos subjetivos e objetivos da busca por emprego superam as expectativas de retorno. Estudos mais recentes aprofundam essa perspectiva, identificando o desalento como uma forma de marginalização estrutural que afeta a autoestima, a identidade e o sentimento de pertencimento dos indivíduos (Anjos e Cardoso, 2023). Ericson (2020) aponta que o fenômeno incide de forma desproporcional sobre populações já vulnerabilizadas, como mulheres, pessoas negras e indivíduos com baixa escolaridade, tornando-se expressão das desigualdades sociais e raciais do país.

Ao mesmo tempo em que se intensificam os processos de exclusão, observam-se iniciativas coletivas que propõem alternativas à lógica dominante do mercado. A economia

solidária surge nesse contexto como uma proposta contra-hegemônica, baseada na autogestão, na cooperação e na valorização do trabalho em detrimento do capital. Sua origem na economia mundial remonta às reações operárias frente à Revolução Industrial, mas no Brasil ganhou força a partir da década de 1990, especialmente como resposta ao desemprego estrutural e à crise do modelo fordista de produção. Conforme Gaiger (2009), a economia solidária constitui um campo de práticas e de pensamento voltado à democratização das relações econômicas, articulando trabalho, cidadania e desenvolvimento local.

Apesar de seu potencial transformador, esse modelo enfrenta diversos desafios. A ausência de um marco regulatório específico, o acesso restrito ao crédito e o reconhecimento limitado por parte do Estado dificultam a expansão e a consolidação dos empreendimentos solidários no país (Silva e Schiochet, 2013). Além disso, como observado por Singer (2002), iniciativas de economia solidária muitas vezes são tratadas como ações paliativas e assistencialistas, o que reduz sua legitimidade como política de desenvolvimento de longo prazo.

Ainda assim, há evidências importantes do impacto positivo da economia solidária, especialmente em territórios marcados por exclusão socioeconômica. Um dos aspectos mais relevantes nesse contexto é a forte presença feminina nos empreendimentos solidários. Muitas mulheres, por exemplo, encontram nesses espaços uma alternativa de obtenção de trabalho e renda, autonomia financeira e fortalecimento da autoestima. Em um mercado de trabalho que ainda as submete a desigualdades salariais, dupla jornada e restrições à ascensão profissional (Lima *et al.*, 2015; Cotrim, Teixeira e Proni, 2020), a economia solidária se apresenta como um caminho possível para a construção de novos arranjos sociais e produtivos, baseados na equidade de gênero.

O objetivo geral desta dissertação consiste em investigar, a partir de abordagens teóricas e empíricas – incluindo um estudo de caso – os mecanismos de exclusão e inclusão produtiva no mercado de trabalho contemporâneo, com ênfase na economia solidária como alternativa à exclusão laboral feminina e em contextos de vulnerabilidade estrutural, como o dos desalentados. E os objetivos específicos são:

1. Analisar os fundamentos teóricos da economia solidária e seu papel na promoção da inclusão social e produtiva, geração de renda e igualdade de gênero;
2. Investigar o processo de incubação para a implementação de um empreendimento solidário, sob a liderança feminina no município de Sarandi/PR, avaliando seus primeiros resultados;

3. Caracterizar estatisticamente o perfil dos desalentados no Brasil, entre 2012 e 2024, considerando recortes de gênero, raça, escolaridade e região;
4. Estimar, por meio de um modelo VECM, as relações entre o desalento e variáveis macroeconômicas, tais como PIB, investimento, exportações, importações e confiança empresarial;
5. Contribuir para o debate sobre políticas públicas voltadas à inclusão produtiva e à superação das desigualdades estruturais no mercado de trabalho, incluindo a de gênero.

Dessa forma, estudar o desalento e a economia solidária de maneira articulada permite uma análise mais abrangente sobre os mecanismos de exclusão e inclusão produtiva no Brasil contemporâneo, contemplando ainda a perspectiva de gênero, que é relevante no atual contexto. De um lado, o desalento evidencia os limites do modelo econômico tradicional em garantir emprego digno para todos os que desejam trabalhar; e, de outro, a economia solidária oferece experiências concretas de resistência e reconstrução social, particularmente importantes, no caso das trabalhadoras.

A temática conduzida nesta pesquisa possui justificativas variadas e oportunas no atual contexto brasileiro e mundial. Em primeiro lugar, contribui para a compreensão dos mecanismos estruturais de exclusão econômica no Brasil. Em um cenário de desigualdades sociais e econômicas crescentes, dadas pela intensificação das tendências do capitalismo mundial desde as últimas décadas do século XX, mas sobretudo, a partir das mudanças disruptivas trazidas pelas tecnologias digitais nas primeiras décadas do presente século XXI. Em segundo lugar, a economia solidária pode se constituir em um importante via de inclusão social e produtiva, como uma forma promissora para a inclusão de grupos marginalizados e a promoção de um desenvolvimento mais equitativo e humano no contexto contemporâneo. Cabe destacar, o caso das mulheres, que enfrentam obstáculos notórios à sua inserção no mercado de trabalho, acentuados pelo modelo de sociedade patriarcal, que impõe a estas a sobrecarga com as tarefas domésticas e com o cuidado de filhos, idosos ou outras pessoas que demandam atenção especial no âmbito familiar. Em terceiro lugar, a economia solidária pode atuar como um instrumento para equacionar diversos problemas laborais estruturais, dos quais o desalento se constitui um exemplo importante. O desalento constitui uma das mais evidentes fragilidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro, na maioria das vezes, invisibilizados pelas métricas tradicionais de desemprego. A presença do desalento evidencia a persistência de barreiras ao acesso ao mercado formal de trabalho, refletindo desigualdades estruturais e limitações institucionais.

Nesse sentido, a articulação entre os dois temas, desalentados no mercado de trabalho brasileiro e vulnerabilidade da inserção produtiva feminina, possibilita analisar como experiências reais, baseadas em princípios econômicos solidários, podem oferecer respostas à marginalização persistente no mercado de trabalho, contribuindo para um desenvolvimento mais justo e igualitário, inclusive sob a perspectiva de gênero.

Esta dissertação busca responder às seguintes perguntas: **(i)** Quais são os principais fatores macroeconômicos associados à dinâmica do desalento no Brasil entre 2012 e 2024? Essa parcela da força de trabalho poderia ser potencialmente impactada por formas de organização e cooperação baseadas na economia solidária? E ainda: **(ii)** Como a economia solidária pode contribuir para a inclusão produtiva de trabalhadores, especialmente as mulheres, em contextos de vulnerabilidade social, promovendo autonomia e liderança?

Parte-se das seguintes hipóteses: **(i)** O desalento no Brasil possui caráter estrutural, embora apresente também determinantes vinculados ao desempenho dos indicadores macroeconômicos, os quais podem mitigá-lo, mas não eliminá-lo totalmente; e, **(ii)** A economia solidária, ao fundamentar-se nos princípios de autogestão, cooperação e valorização do trabalho coletivo, constitui instrumento eficaz para a emancipação econômica de trabalhadores em contexto de vulnerabilidade, especialmente, as mulheres.

Considerando o objetivo geral do estudo que é analisar as formas de exclusão/inclusão produtiva no mercado de trabalho brasileiro, com ênfase na economia solidária como alternativa à exclusão laboral, sobretudo a feminina, essa dissertação adota uma abordagem metodológica híbrida, teórico-conceitual, contextualização das variáveis de interesse no cenário brasileiro e uma análise econométrica. Essas técnicas se combinam na forma de dois ensaios com temática distintas, porém entrelaçadas e complementares, em torno do objetivo geral da pesquisa.

O primeiro ensaio emprega metodologia quantitativa, com uso de microdados da PNADC entre 2012 e 2024 na estimação de um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM) para analisar as relações entre o desalento e algumas variáveis macroeconômicas selecionadas. O segundo ensaio realiza uma pesquisa qualitativa de natureza exploratória, baseada em um estudo de caso, envolvendo a observação participante e análise documental no contexto de um coletivo de mulheres, incubada pela Incubadora Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Ambas as abordagens estão fundamentadas em revisão teórica e empírica, portanto, apoiadas nas discussões da literatura nacional e internacional sobre o tema.

Para cumprir com o objetivo a que se propõe, a presente dissertação está estruturada da seguinte forma:

Introdução Geral: apresenta o contexto, a justificativa, os objetivos e a metodologia geral da pesquisa.

Ensaio 1: Título: *Determinantes macroeconômicos do desalento no Brasil: evidências para o período 2012-2024.* Este ensaio realiza uma análise quantitativa dos fatores que influenciam o desalento, enfatizando os vínculos estruturais entre desempenho macroeconômico e exclusão laboral. O ensaio também parte do pressuposto de que o desalento constitui um problema estrutural e persistente no Brasil, refletindo profundas desigualdades socioeconômicas e limitações do modelo econômico tradicional em absorver plenamente a força de trabalho, especialmente, a parcela mais fragilizada do mercado de trabalho, homens e mulheres considerados muito velhos ou muito novos, qualificação insuficiente para as vagas oferecidas, mulheres que conciliam trabalho e tarefas de cuidados pessoais, dentre outras. Nesse contexto, a economia solidária surge como uma alternativa viável e necessária, ao propor formas de organização produtiva baseadas na autogestão, na cooperação e na valorização do trabalho coletivo. Ao se orientar por princípios de inclusão social e econômica, ela se mostra particularmente relevante para integrar de maneira digna e sustentável populações historicamente excluídas ou precarizadas pela lógica da economia tradicional, contribuindo para a geração de trabalho, renda e fortalecimento do tecido social.

Ensaio 2: Título: *A liderança feminina no contexto da economia solidária: estudo de caso de uma cooperativa de mulheres na cidade de Sarandi/PR.* Este ensaio investiga os efeitos da aplicação dos princípios da economia solidária na promoção da inclusão produtiva e do empoderamento feminino, a partir da experiência de um coletivo de mulheres costureiras, incubada pela Unitrabalho da Universidade Estadual de Maringá (UEM). O estudo de caso busca compreender em que medida, em um contexto marcado por vulnerabilidade social e exclusão do mercado de trabalho convencional, a economia solidária pode se constituir em uma estratégia efetiva de inserção produtiva e transformação social para essas trabalhadoras.

Conclusão Geral: articula os principais achados dos dois ensaios, discute suas implicações teóricas e práticas, e sugere caminhos para políticas públicas e pesquisas futuras.

1 ENSAIO 1: DETERMINANTES MACROECONÔMICOS DO DESALENTO NO BRASIL: EVIDÊNCIAS PARA O PERÍODO 2012-2024

Resumo:

Este ensaio analisa, teórica e empiricamente, os determinantes macroeconômicos do desalento no Brasil entre 2012 e 2024. O desalento é compreendido como uma forma de exclusão estrutural de parte dos trabalhadores do mercado de trabalho, refletida na desistência da busca por emprego diante da ausência de perspectivas reais de inserção laboral. A metodologia adotada combina a análise teórica com uma investigação empírica baseada na estimação de um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM), a fim de examinar a relação entre o desalento e variáveis macroeconômicas selecionadas. Os principais resultados sugerem que o desalento é um fenômeno fortemente dependente da trajetória temporal, sendo explicado, principalmente, pela própria variável defasada no tempo e, em menor grau, pelo ciclo econômico – com destaque para o PIB e o investimento. Esses achados indicam que o enfrentamento do desalento requer políticas públicas estruturais e de longo prazo, voltadas à inclusão produtiva e à redução das desigualdades no acesso e na permanência no mercado de trabalho.

Palavras-chaves: Desalento, Mercado de Trabalho, Macroeconomia, VECM, Brasil.

Abstract:

This essay analyzes, both theoretically and empirically, the macroeconomic determinants of discouragement in the Brazilian labor market between 2012 and 2024. Discouragement is understood as a form of structural exclusion affecting a portion of workers, reflected in their decision to stop seeking employment due to a lack of real prospects for labor market insertion. The methodology combines theoretical analysis with an empirical investigation based on the estimation of a Vector Error Correction Model (VECM), in order to examine the relationship between discouragement and selected macroeconomic variables. The main results suggest that discouragement is a path-dependent phenomenon, explained primarily by its own lagged values and, to a lesser extent, by the economic cycle – with particular emphasis on GDP and investment. These findings indicate that addressing discouragement requires long-term structural public policies aimed at productive inclusion and reducing inequalities in access to and retention in the labor market.

Keywords: Discouragement, Labor Market, Macroeconomics, VECM, Brazil.

Código JEL: E24; J64; J15, C32

1.1 INTRODUÇÃO

O desalento, fenômeno caracterizado pela ausência de motivação e esperança em conseguir uma colocação no mercado de trabalho, leva indivíduos a desistirem da busca por emprego e, conseqüentemente, a se tornarem economicamente inativos. Segundo Long (1953), essa condição de desânimo e abatimento emerge sobretudo em contextos de crise econômica, quando as chances de recolocação são reduzidas.

Anjos e Cardoso (2023) aprofundam essa compreensão ao definir o desalento como uma forma extrema de desamparo que extrapola o sofrimento subjetivo, sendo expressão de uma marginalização estrutural. Essa marginalização implica exclusão social, além da sensação de não pertencimento e ruptura de vínculos, impactando profundamente a subjetividade dos indivíduos, os quais podem passar a experimentar estagnação e perda de sentido em suas vidas.

Ericson (2020) destaca que o desalento representa a desistência explícita da procura por emprego diante da ausência de perspectivas reais de inserção no mercado. Esse fenômeno, segundo o autor, incide de maneira desproporcional sobre grupos historicamente vulnerabilizados, tais como as mulheres, pessoas negras e indivíduos com baixo nível de escolaridade. Com isso se evidenciam raízes profundas, apoiadas em desigualdades estruturais, mas que se agravam em períodos de crise/recessão econômica.

São considerados desalentados os indivíduos que, embora desejem trabalhar, desistiram de procurar ocupação por acreditarem que não terão sucesso (IBGE, 2025). Embora componham a força de trabalho potencial, esses trabalhadores encontram-se subutilizados e invisibilizados pelas métricas tradicionais de desemprego. A presença persistente do desalento revela barreiras estruturais ao acesso ao mercado formal de trabalho, sendo possível interpretá-lo como uma resposta racional a um cenário de escassez de oportunidades.

O tema do desalento pode ser analisado sob diversas perspectivas, incluindo fatores demográficos (gênero, raça/cor, faixa etária), socioeconômicos (escolaridade), regionais e suas interseções com a conjuntura macroeconômica. Este artigo concentra-se especificamente na análise dos determinantes macroeconômicos do desalento em linha com a literatura teórica e empírica que aborda o tema [Gonzaga e Reis (2011), Anjos e Cardoso (2023), Ericson (2020)]. A importância dessa abordagem reside na necessidade de compreender como variáveis agregadas da economia afetam a decisão dos indivíduos de continuar ou não buscando trabalho.

O presente ensaio tem como objetivo principal analisar a influência de fatores macroeconômicos sobre o desalento no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2024. Para isso, além de uma revisão teórico-conceitual da literatura do tema, realiza uma caracterização estatística do desalento a partir de recortes demográficos e regionais utilizando os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) e, na sequência, estima um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM), com vistas a capturar a natureza da relação entre o desalento e variáveis macroeconômicas selecionadas.

A justificativa da pesquisa reside na lacuna de conhecimento sobre o comportamento do desalento frente a choques econômicos no Brasil. Compreender sua dinâmica é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas mais assertivas, que não apenas incentivem o

emprego, mas promovam efetivamente a reinserção dos indivíduos em situação de desalento, mitigando seus efeitos sociais e econômicos deletérios.

O ensaio está estruturado em cinco seções. Após esta introdução, a Seção 2 apresenta os fundamentos teóricos e empíricos sobre o desalento no mercado de trabalho brasileiro. A Seção 3 fornece um panorama estatístico do desalento entre 2012 e 2024, com ênfase em características sociodemográficas e regionais a partir dos dados da PNADC. A Seção 4 expõe a análise empírica, detalhando os procedimentos metodológicos, os testes de estacionariedade e cointegração, a estimação do VECM e a decomposição da variância. Por fim, a Seção 5 apresenta as considerações finais do estudo. Os principais resultados obtidos sugerem que o desalento revela forte dependência da própria trajetória passada, sendo influenciado predominantemente por seus valores defasados e, em menor intensidade, por variáveis associadas ao ciclo econômico, com destaque para o PIB e o investimento.

1.2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E EMPÍRICOS DO DESALENTO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O desalento constitui uma das evidentes fragilidades estruturais do mercado de trabalho brasileiro. São considerados desalentados indivíduos que desejam trabalhar, mas desistiram de procurar ocupação por acreditarem que não terão sucesso na busca de um emprego (IBGE, 2025). Embora façam parte da força de trabalho potencial, encontram-se subutilizados e, na maioria das vezes, invisibilizados pelas métricas tradicionais de desemprego (Gonzaga e Reis (2011).

A presença do desalento evidencia a persistência de barreiras ao acesso ao mercado formal de trabalho, refletindo desigualdades estruturais e limitações institucionais. Pode ser interpretado, ainda, como uma resposta racional dos trabalhadores diante de um cenário de escassez de oportunidades e pela reprodução de obstáculos à inserção laboral. Gonzaga e Reis (2011) mostram que, em períodos de recessão, muitos trabalhadores optam por interromper a busca por emprego ao perceberem que os custos envolvidos superam as expectativas de êxito. Esse comportamento reduz artificialmente o tamanho da força de trabalho, o que contribui para a subestimação do desemprego quando se utiliza apenas a taxa tradicional de desocupação. Assim, ao se excluírem os desalentados do cálculo oficial, perde-se uma dimensão crucial da subutilização da força de trabalho, comprometendo a compreensão mais ampla das dinâmicas do desemprego no país.

Diversas pesquisas têm buscado compreender o desalento a partir de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas, revelando como esse fenômeno se articula com fatores sociais, econômicos e institucionais. Sob a perspectiva teórica, o desalento insere-se em uma dinâmica cíclica, mostrando-se sensível às flutuações da atividade econômica. Sua incidência tende a se intensificar em fases de retração, quando a demanda por trabalho diminui e a confiança dos indivíduos na própria capacidade de inserção no mercado se enfraquece. Essa leitura está em consonância com o argumento clássico de Long (1953), segundo o qual a taxa de participação é uma variável endógena ao ciclo econômico, fortemente influenciada pela percepção subjetiva de eficácia na busca por emprego pelos indivíduos.

Paulino (2021), investigou a vivência do desalento entre jovens mulheres com ensino superior diante da frustração com o trabalho idealizado, utilizando como base a teoria histórico-cultural de Vigotski. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa idiográfica, com dois estudos de caso de mulheres graduadas que não atuavam formalmente em suas áreas. Os resultados mostram que o desalento atua como bloqueio de significado frente à quebra de expectativas, afetando a identidade, os planos futuros e a saúde emocional das trabalhadoras afetadas. As participantes enfrentaram pressões familiares, ambiguidades entre sustento imediato e realização profissional, além da internalização da culpa, trazida pelo desemprego. Apesar das dificuldades, desenvolveram estratégias para ressignificar suas trajetórias, revelando os impactos de gênero e classe nesse processo¹.

Wroblevski e Cunha (2022) analisaram as transições no mercado de trabalho brasileiro entre as categorias de ocupação, desocupação, inatividade e desalento, destacando as disparidades raciais e os efeitos da crise econômica de 2015-2016. Com base na PNADC, no período entre 2012-2019, utilizaram modelos *logit* multinomiais para investigar a probabilidade de passagem entre esses estados laborais, adotando controles para características como raça, gênero, idade, escolaridade e região. Como principais resultados, verificaram que os indivíduos não-brancos mostraram maior risco de transição para o desalento e desemprego, além de maior mobilidade via informalidade. Adicionalmente, a recessão 2015-2016 agravou as desigualdades, impactando mais os indivíduos pretos e pardos. Homens, jovens e escolarizados apresentaram maior mobilidade no mercado de trabalho e a região Sul do país revelou menor vulnerabilidade em direção às transições negativas.

¹ De modo mais específico, o autor destaca que as mulheres utilizaram autorreflexão e ressignificação para enfrentar o desalento e projetar novos caminhos. Além disso, buscaram apoio social, investiram em formação complementar e criaram estratégias para lidar com a instabilidade, transformando desafios em aprendizado (Paulino, 2021).

Sob a perspectiva regional, o estudo do BCB (2020) analisou o impacto do desalento na taxa de desocupação nas unidades federativas, utilizando os dados da PNADC no período de 2014 a 2019. Para isso, a taxa de desocupação foi ajustada levando em conta as diferenças regionais no desalento, o que levou a variações maiores entre os estados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, onde o percentual de indivíduos em situação de desalento é mais elevado. O estudo também relacionou o desalento à baixa demanda por trabalho e ao longo tempo que os desempregados permanecem procurando emprego, principalmente nas regiões mais vulneráveis. Por fim, concluiu que levar em conta o percentual de desalentados possibilita reduzir disparidades na taxa tradicional de desemprego entre as regiões, ressaltando a importância das condições locais para entender o mercado de trabalho no país.

Brandão (2022) também analisou o desalento no Brasil entre 2012 e 2019 sob a perspectiva de gênero, utilizando dados da PNADC. O objetivo do autor foi traçar o perfil sociodemográfico da população desalentada e evidenciar as desigualdades estruturais que afetam mulheres no mercado de trabalho. O desalento foi avaliado em relação a variáveis como idade, raça, escolaridade e localização. Os principais resultados da pesquisa indicam que a maior parte da população desalentada é composta por mulheres negras ou pardas, com baixa escolaridade e residentes em áreas urbanas. Ademais, verificou que a crise pós-2014 agravou esse fenômeno, e mesmo entre as mulheres com maior escolaridade, as barreiras à inserção no mercado de trabalho permaneceram significativas.

Dias (2021) analisou o desemprego e o desalento entre profissionais formados em Serviço Social no Rio Grande do Sul entre 2010 e 2020, com foco nos efeitos da Reforma Trabalhista de 2017 e da pandemia de COVID-19, deflagrada em março de 2020. Fundamentado na perspectiva do materialismo histórico-dialético, o estudo utilizou uma abordagem metodológica mista com entrevistas e análise documental. Os resultados obtidos sugeriram que havia precarização do trabalho, informalidade, baixos salários, sobrecarga de funções e escassez de concursos públicos que pudessem vir a absorver a mão de obra desses profissionais. Desse modo, evidenciou que maioria dos entrevistados nunca atuou na área de formação, enfrentando inserção precária e impactos na saúde mental.

Portanto, em consonância com a literatura analisada, o desalento evidencia falhas estruturais persistentes e intrínsecas ao modelo de desenvolvimento e que, mesmo em períodos de crescimento econômico, não é capaz de promover inclusão ampla e equitativa dos indivíduos dispostos a obter um trabalho. Mais do que um indicador estatístico, consiste em um fenômeno social grave com implicações políticas, econômicas e sociais.

1.3 BREVE PANORAMA DO DESALENTO NO BRASIL (2012-2024)

A análise dos dados da PNADC revela um crescimento expressivo do número de pessoas desalentadas no Brasil ao longo do período entre 2012 e 2024, como pode ser observado na Tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Pessoas desalentadas no Brasil (2012-2024)

Ano	Número de Desalentados
2012	1.893.000
2013	1.825.833
2014	1.508.333
2015	1.837.583
2016	3.224.250
2017	4.061.667
2018	4.630.250
2019	4.740.333
2020	5.413.333
2021	5.426.000
2022	4.344.250
2023	3.664.833
2024	3.284.583

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNADC/IBGE (2025)

Os dados mostram que, até 2015, o número de desalentados manteve-se relativamente estável. A partir de 2015, entretanto, observa-se um salto acentuado, com o número de pessoas desalentadas praticamente dobrando em poucos anos, atingindo seu ápice nos anos da pandemia da COVID-19, entre 2020 e 2021, com mais de 5,4 milhões de brasileiros nessa condição.

A partir de 2022, nota-se uma tendência de retração gradual, com o total de desalentados reduzindo para cerca de 3,2 milhões em 2024. Apesar dessa melhora recente, o número ainda permanece muito acima dos patamares do início da série histórica, indicando que o desalento passou a compor um quadro estrutural de vulnerabilidade no mercado de trabalho brasileiro.

Complementando a análise do número total de pessoas desalentadas, a Tabela 2 apresenta a distribuição percentual do desalento no Brasil, segmentada por gênero, raça/cor, escolaridade, faixa etária e região, no período de 2012 a 2024.

Tabela 2 – Distribuição da taxa de desalento no Brasil, em percentual, 2012-2024

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Homem	48,93	48,98	49,04	48,97	49,06	48,97	48,87	48,77	48,38	48,32	48,53	48,38	48,23
Mulher	51,07	51,02	50,96	51,03	50,94	51,03	51,13	51,23	51,62	51,68	51,47	51,62	51,77
Preta	6,58	6,41	6,34	6,59	7,29	7,72	8,22	8,55	8,17	8,52	9,53	9,74	9,91
Parda	51,55	52,76	53,07	52,70	52,51	52,46	52,13	52,04	51,55	50,78	49,98	49,83	49,89
Branca	41,26	40,32	40,04	40,06	39,49	39,04	38,67	38,42	39,40	39,71	39,37	39,27	39,11
Amarela	0,33	0,30	0,29	0,28	0,37	0,39	0,51	0,50	0,45	0,52	0,59	0,57	0,48
Indígena	0,29	0,21	0,20	0,24	0,33	0,38	0,47	0,49	0,42	0,45	0,52	0,57	0,60
Fundamental Incompleto	nd	nd	nd	2,52	10,18	10,20	10,09	9,66	9,63	9,55	9,01	8,67	7,86
Médio Completo	nd	nd	nd	5,36	22,22	22,82	23,29	23,87	24,63	24,83	25,25	25,83	26,46
Médio Incompleto	nd	nd	nd	5,48	22,01	21,68	21,22	20,93	20,07	20,31	20,20	19,84	19,69
Não Informado	100,00	100,00	100,00	84,55	36,84	35,85	35,22	34,73	33,66	33,71	33,82	33,38	33,11
Superior Completo	nd	nd	nd	2,09	8,75	9,45	10,18	10,82	12,02	11,60	11,72	12,28	12,88
18 a 24 anos	11,40	11,34	11,09	10,98	11,11	11,10	11,02	10,77	10,42	10,25	10,06	9,71	9,47
25 a 39 anos	22,99	23,07	23,00	22,69	22,53	22,41	22,24	21,98	21,47	20,68	20,55	20,52	20,71
40 a 59 anos	23,53	23,74	24,17	24,76	25,03	25,35	25,57	25,91	26,69	27,22	27,21	27,32	27,25
Mais de 60 anos	12,18	12,57	13,24	13,83	14,26	14,73	15,45	15,96	17,03	18,08	18,25	18,75	18,83
Não Informado	29,90	29,28	28,49	27,73	27,08	26,41	25,72	25,37	24,39	23,77	23,93	23,71	23,73
Centro-Oeste	9,55	9,64	9,68	9,70	9,71	9,77	9,73	9,80	9,97	9,97	9,93	9,91	9,96
Nordeste	34,20	34,20	34,28	34,17	34,17	34,00	33,98	33,81	32,43	33,00	33,50	33,19	33,09
Norte	13,78	13,97	13,97	13,86	14,06	14,10	13,88	13,92	13,68	14,02	13,99	14,00	13,82
Sudeste	25,95	25,91	25,83	25,79	25,70	25,76	26,08	25,99	27,51	26,01	25,63	26,03	26,16
Sul	16,51	16,28	16,24	16,49	16,36	16,37	16,32	16,47	16,41	17,01	16,96	16,87	16,97

Nota: nd = nada consta

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNADC/IBGE (2025)

A análise dos dados revela que as mulheres representaram, de forma consistente, a maioria entre os desalentados ao longo de toda a série histórica. Em 2012, elas correspondiam

a 51,07% do total, percentual que se elevou para 51,77% em 2024. Por outro lado, a participação masculina caiu ligeiramente de 48,93% para 48,23%. Essa diferença, embora sutil, revela a persistência de barreiras estruturais que dificultam o acesso das mulheres ao mercado de trabalho, mesmo em períodos de relativa recuperação econômica.

O recorte por raça/cor evidencia um movimento relevante: a proporção de pessoas pretas desalentadas cresceu de 6,58% em 2012 para 9,91% em 2024. Ainda que os indivíduos pardos continuem a compor o maior grupo (49,89% em 2024), sua participação apresentou queda em relação a 2012 (51,55%). Já os brancos reduziram sua participação de 41,26% para 39,11%. Essa dinâmica revela que o desalento atinge de forma desproporcional pessoas negras (pretas e pardas), refletindo desigualdades históricas e estruturais do mercado de trabalho brasileiro.

No que tange à escolaridade, há um processo de diversificação do perfil dos desalentados. Indivíduos com ensino médio completo passaram de 22,22% em 2016 para 26,46% em 2024, enquanto o grupo com ensino superior completo também se expandiu, saindo de 8,75% para 12,88% no mesmo período. Em contrapartida, o percentual daqueles com fundamental incompleto recuou de 10,18% para 7,86%. Esses dados indicam que o desalento deixou de ser um fenômeno restrito a pessoas com baixa escolaridade, atingindo de maneira crescente trabalhadores com maior capital educacional.

A distribuição etária mostra um envelhecimento do perfil dos desalentados. A participação dos indivíduos com mais de 60 anos saltou de 12,18% em 2012 para 18,83% em 2024, enquanto o grupo de 40 a 59 anos também avançou, passando de 23,53% para 27,25%. Em sentido oposto, os jovens de 18 a 24 anos reduziram sua participação de 11,40% para 9,47%, sugerindo que parte deles buscou alternativas fora do mercado formal de trabalho, como a educação ou ocupações informais.

No recorte regional, o Nordeste manteve a maior concentração de desalentados durante todo o período analisado, representando cerca de um terço do total (33,09% em 2024). O Norte também apresentou participação elevada e estável (13,82% em 2024). Sudeste e Sul exibiram oscilações modestas, enquanto o Centro-Oeste manteve a menor participação relativa (9,96%). Esses dados reforçam a persistência das desigualdades regionais, com maior incidência do desalento em áreas historicamente caracterizadas por menor dinamismo econômico e infraestrutura limitada.

Em síntese, a análise dos dados da PNADC para o período de 2012 a 2024 evidencia que, embora o desalento tenha recuado após atingir o pico entre 2018 e 2020, ele permanece como um fenômeno social relevante e estrutural. Sua incidência não é homogênea: afeta de forma mais intensa mulheres, pessoas negras, trabalhadores com menor escolaridade (embora

cresça entre os mais escolarizados), indivíduos de faixas etárias mais elevadas e, principalmente, residentes nas regiões Norte e Nordeste.

Esses padrões apontam para a necessidade de políticas públicas segmentadas e estruturalmente orientadas, que não se limitem a medidas conjunturais de estímulo econômico, mas enfrentam de forma direta os mecanismos de exclusão produtiva. Compreender o perfil e a evolução do desalento no Brasil, portanto, é passo essencial para a formulação de ações que busquem não apenas reduzir estatísticas, mas transformar de maneira duradoura a inserção produtiva da população brasileira.

1.4 ANÁLISE EMPÍRICA: A INFLUÊNCIA DOS FATORES MACROECONÔMICOS SOBRE O DESALENTO NO BRASIL (2012 - 2024)

1.4.1 Procedimentos metodológicos

Esta seção apresenta a metodologia utilizada na investigação dos determinantes macroeconômicos do desalento. São utilizados dados trimestrais entre o segundo trimestre de 2012 e o quarto trimestre de 2024, permitindo uma análise abrangente ao longo de diferentes fases do ciclo econômico recente.

As variáveis independentes selecionadas foram: Formação Bruta de Capital Fixo, Exportações, Importações, Produto Interno Bruto e índice de confiança dos empresários, serão obtidas a partir de fontes consolidadas como Instituto de Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Banco Central do Brasil (BCB). A escolha dessas variáveis decorre de seu papel destacado, na literatura analisada, como fatores da demanda agregada e da atividade econômica, que influenciam a geração de emprego e, neste sentido, o desalento de forma direta nos períodos de expansão e contração.

A metodologia adotada, cujos passos são descritos na sequência, consiste na análise de séries temporais. Todas as variáveis foram transformadas para a forma logarítmica, a fim de suavizar variações e permitir a interpretação dos coeficientes como elasticidade.

1.4.2 Teste de raiz unitária

Antes da estimação dos modelos propostos, é necessário verificar as propriedades estocásticas das séries utilizadas, especialmente no que diz respeito à estacionariedade. Esse procedimento é essencial em análises de séries temporais, uma vez que a presença de raiz

unitária pode comprometer a validade estatística das estimativas, gerando regressões espúrias e inferências equivocadas.

Como destacado por Bueno (2011), a econometria de séries temporais exige que os resíduos dos modelos sejam estacionários, isto é, que possuam média, variância e covariância constante ao longo do tempo. Para identificar o grau de integração das séries temporais, foram aplicados três testes de raiz unitária amplamente utilizados na literatura econométrica: Dickey-Fuller Aumentado (ADF), Phillips-Perron (PP) e KPSS. Cada um desses testes adota uma abordagem distinta para avaliar a presença de estacionariedade, o que permite uma análise mais robusta quando utilizada de forma complementar.

O teste ADF é uma extensão do teste de Dickey-Fuller clássico, o que controla a presença de autocorrelação nos resíduos por meio da inclusão de defasagens da variável dependente. Sua hipótese nula é de que a série possui uma raiz unitária, ou seja, é não estacionária. A rejeição sugere que a série é estacionária.

O teste Phillips-Perron (PP), por sua vez, também testa a hipótese nula de presença de raiz unitária, mas corrige para heterocedasticidade e autocorrelação serial dos resíduos de forma não paramétrica. Isso torna o PP uma alternativa robusta ao ADF, especialmente em séries com estrutura de erro mais complexa.

Já o teste KPSS adota a abordagem oposta. Sua hipótese nula é de que a série é estacionária em torno de uma tendência determinística. A rejeição da hipótese nula no KPSS indica a não estacionariedade. Essa inversão de hipótese, em relação ao ADF e PP, o torna particularmente útil para confirmar a confiabilidade da análise.

A Tabela 3 apresenta os resultados dos testes de raiz unitária aplicados às séries em nível. Observa-se que, no teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF), nenhuma das estatísticas calculadas atinge os valores críticos para rejeição da hipótese nula de raiz unitária ao nível de significância de 10%. Isso indica que todas as séries analisadas não são estacionárias em nível.

O teste de Phillips-Perron (PP), que oferece robustez frente à heterocedasticidade e autocorrelação serial, apresenta resultados consistentes com o ADF. As estatísticas obtidas estão consideravelmente acima dos valores críticos negativos, em módulo, reforçando a não rejeição da hipótese nula de raiz unitária.

O teste KPSS, cuja hipótese nula é a estacionariedade, confirma esse diagnóstico. A estatística do teste ultrapassa o valor crítico de 5% para a maioria das variáveis, levando à rejeição da hipótese de estacionariedade para séries como `log_desalento` (0.7860), `log_exportacao` (1.1968) e `log_PIB` (0.5841). A exceção fica por conta de `log_FBCF` (0.3057), `log_importacao` (0.2405) e `log_confianca` (0.1939), que sugerem possível estacionariedade em

nível. No entanto, como essa evidência é isolada e os outros testes apontam para não estacionariedade, adota-se uma abordagem conservadora classificando todas as variáveis como integradas de ordem 1 (I1).

Tabela 3 – Resultado dos testes de raízes unitárias das variáveis em nível

Teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>log_desalento</i>	-1.2825	-3.50	-2.89	-2.58
<i>log_FBCF</i>	-1.0186	-3.50	-2.89	-2.58
<i>log_exportacao</i>	-1.2129	-3.50	-2.89	-2.58
<i>log_importacao</i>	-1.1938	-3.50	-2.89	-2.58
<i>log_PIB</i>	-0.6107	-3.50	-2.89	-2.58
<i>log_confianca</i>	-2.3172	-3.50	-2.89	-2.58
Teste Phillips-Perron (PP)				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>log_desalento</i>	-1.3296	-19.94	-14.60	-12.24
<i>log_FBCF</i>	-5.1041	-19.94	-14.60	-12.24
<i>log_exportacao</i>	-40.4240	-19.94	-14.60	-12.24
<i>log_importacao</i>	-9.5074	-19.94	-14.60	-12.24
<i>log_PIB</i>	-9.0765	-19.94	-14.60	-12.24
<i>log_confianca</i>	-12.8460	-19.94	-14.60	-12.24
Teste KPSS				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>log_desalento</i>	0.7860	0.739	0.463	0.347
<i>log_FBCF</i>	0.3057	0.739	0.463	0.347
<i>log_exportacao</i>	1.1968	0.739	0.463	0.347
<i>log_importacao</i>	0.2405	0.739	0.463	0.347
<i>log_PIB</i>	0.5841	0.739	0.463	0.347
<i>log_confianca</i>	0.1939	0.739	0.463	0.347

Fonte: Elaboração própria

Conforme é possível observar na Tabela 6, os resultados sugerem que todas as variáveis analisadas eram não estacionárias em nível, isto é, possuem raiz unitária. Contudo, após a aplicação da primeira diferença, os testes ADF e PP passaram a rejeitar a hipótese nula de raiz

unitária, e o KPSS não rejeitou a hipótese de estacionariedade evidenciando que as séries se tornaram estacionárias após essas transformações, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4 – Resultado das raízes unitária das variáveis em primeira diferença

Teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF)				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>d_log_desalento</i>	-2.4608	-3.50	-2.89	-2.58
<i>d_log_FBCF</i>	-3.7443	-3.50	-2.89	-2.58
<i>d_log_exportacao</i>	-4.5515	-3.50	-2.89	-2.58
<i>d_log_importacao</i>	-3.9695	-3.50	-2.89	-2.58
<i>d_log_PIB</i>	-4.1294	-3.50	-2.89	-2.58
<i>d_log_confianca</i>	-3.0693	-3.50	-2.89	-2.58
Teste Phillips-Perron (PP)				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>d_log_desalento</i>	-31.116	-19.94	-14.60	-12.24
<i>d_log_FBCF</i>	-44.992	-19.94	-14.60	-12.24
<i>d_log_exportacao</i>	-44.405	-19.94	-14.60	-12.24
<i>d_log_importacao</i>	-38.869	-19.94	-14.60	-12.24
<i>d_log_PIB</i>	-44.729	-19.94	-14.60	-12.24
<i>d_log_confianca</i>	-57.769	-19.94	-14.60	-12.24
Teste KPSS				
Variável	Estatística	Crítico 1%	Crítico 5%	Crítico 10%
<i>d_log_desalento</i>	0.318	0.739	0.463	0.347
<i>d_log_FBCF</i>	2.352	0.739	0.463	0.347
<i>d_log_exportacao</i>	1.081	0.739	0.463	0.347
<i>d_log_importacao</i>	1.834	0.739	0.463	0.347
<i>d_log_PIB</i>	1.743	0.739	0.463	0.347
<i>d_log_confianca</i>	1.264	0.739	0.463	0.347

Fonte: Elaboração própria

Essa convergência da estacionariedade em primeira diferença nos resultados dos três testes permitem que se passe à próxima fase da análise de séries temporais que é a investigação acerca do comportamento em longo prazo das séries.

1.4.3 Teste de Cointegração de Johansen

O teste de cointegração de Johansen é uma metodologia amplamente consolidada na análise de séries temporais multivariadas, sendo particularmente adequada para investigar a existência de relações de equilíbrio de longo prazo entre variáveis não estacionárias integradas da mesma ordem.

Conforme discutido por Bueno (2011), o procedimento de Johansen permite testar e estimar simultaneamente múltiplos vetores de cointegração dentro de um sistema dinâmico representado por um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM). A essência do teste reside na decomposição da matriz de longo prazo (Φ), cujo posto determina o número de relações de cointegração entre as variáveis. Se Φ apresenta posto pleno ($r = n$), todas as variáveis são estacionárias. Por outro lado, se o posto for nulo ($r = 0$), não há cointegração. Quando $0 < r < n$, infere-se a existência de r vetores de cointegração.

A metodologia baseia-se na estimação por máxima verossimilhança restrita, a partir da qual são extraídos os autovalores associados aos possíveis vetores de cointegração. Esses autovalores, ordenados do maior para o menor, são utilizados no cálculo de duas estatísticas principais: o teste do traço e o teste do máximo autovalor. O primeiro, testa a hipótese nula de que existe, no máximo, r vetores de cointegração contra a alternativa de que existe mais que r , enquanto o segundo testa r contra $r+1$. Ambos são aplicados de forma sequencial e crescente, partindo de $r = 0$ até o ponto em que a hipótese nula não seja mais rejeitada com base nos valores críticos obtidos a partir de distribuições não padronizadas.

A interpretação dos resultados exige atenção à especificação dos termos determinísticos no modelo, como interceptos e tendências, os quais impactam diretamente os valores críticos utilizados para inferência. A seleção da ordem de defasagens (p) é igualmente crucial para garantir a validade do teste, sendo geralmente orientada por critérios de informação, como AIC ou SC, e pela verificação da ausência de autocorrelação nos resíduos, por meio de testes como o de Ljung-Box. Essas etapas preliminares asseguram que a estrutura dinâmica do sistema esteja bem especificada e que os vetores estimados refletem de fato as relações de equilíbrio subjacentes entre as variáveis.

Aplicando-se o teste de cointegração de Johansen ao sistema composto pelas variáveis log-transformadas de desalento, FBCF, exportações, importações, PIB e índice de confiança empresarial, e utilizando a defasagem ótima de duas ordens segundo o critério de Schwarz (BIC), adotou-se a especificação com intercepto nos vetores de cointegração. Essa escolha reflete o entendimento de que as variáveis analisadas apresentam níveis médios distintos em

seu equilíbrio de longo prazo, compatíveis com trajetórias determinísticas, porém sem a presença de uma tendência linear determinística.

Os resultados da estatística *Traço*, apresentados na Tabela 5, indicam a rejeição da hipótese nula de inexistência de vetores de cointegração ($r = 0$) e da hipótese de existência de no máximo um vetor de cointegração ($r \leq 1$), uma vez que as estatísticas observadas (162,08 para $r = 0$ e 89,25 para $r \leq 1$) superam seus respectivos valores críticos a 5% (102,14 e 76,07). Esses resultados sugerem a existência de dois vetores de cointegração no sistema, evidenciando que as variáveis compartilham relações de equilíbrio de longo prazo que conectam o desalento a variáveis macroeconômicas como investimento, comércio internacional, nível de atividade econômica e confiança empresarial.

Tabela 5 – Teste de cointegração de Johansen

Hipótese nula (r)	Estatística Traço (valor observado)	Valor crítico (5%)
$r = 0$	162.08	102.14
$r \leq 1$	89.25	76.07

Fonte: Elaboração própria

Os vetores de cointegração estimados (matriz β) expressam as combinações lineares estáveis entre as variáveis, enquanto os coeficientes de ajustamento de curto prazo (matriz α) indicam a velocidade e a direção com que as variáveis retornam ao equilíbrio após choques temporários. A especificação com intercepto nos vetores de cointegração permite captar deslocamentos estruturais nos níveis médios desses equilíbrios, refletindo características econômicas relevantes, tais como o crescimento sustentável do PIB, investimento e comércio exterior, assim como variações cíclicas associadas ao desalento e à confiança empresarial.

Na seção seguinte, esses vetores e coeficientes serão explorados na estimação do modelo Vetor de Correção de Erros (VECM), que integra as relações de longo prazo com a dinâmica de curto prazo do sistema, possibilitando uma análise mais completa dos mecanismos de ajuste entre as variáveis.

1.4.4 Modelo VECM

O Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM – Vector Error Correction Model) é uma extensão do modelo VAR (Modelo Vetorial Autorregressivo) desenvolvido para lidar com

séries temporais não estacionárias que apresentam cointegração, isto é, mantêm uma relação de equilíbrio de longo prazo. Enquanto o VAR tradicional, que trabalha com primeiras diferenças, perde a capacidade de modelar essa relação, o VECM incorpora explicitamente o desvio do equilíbrio por meio do termo de correção de erros.

A representação geral de um VECM com p defasagens e n variáveis endógenas pode ser escrita da seguinte forma:

$$\Delta X_t = \alpha \beta' X_{t-1} + \sum_{i=1}^{p-1} \Lambda_i \Delta X_{t-i} + \delta_0 + \delta_1 t + \varepsilon_t$$

Nessa equação, X_t representa o vetor de primeiras diferenças das variáveis endógenas no tempo t ; X_{t-1} é o vetor das mesmas variáveis em nível, defasadas em um período, β é a matriz de cointegração, cujas colunas definem os vetores de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis; α é a matriz de ajustamento, que mede a velocidade com que cada variável responde aos desvios do equilíbrio; Λ_i são as matrizes de coeficientes das defasagens das primeiras diferenças, dinâmica de curto prazo, δ_0 e δ_1 representam os termos determinísticos, constante e tendência, se incluídas, e ε_t é o vetor dos erros aleatórios.

O termo $\alpha \beta' X_{t-1}$, conhecido como termo de correção de erros (TCE), é o diferencial central do VECM. Ele garante que, mesmo modelando as variações das variáveis, a trajetória de longo prazo entre elas seja mantida no sistema. Quando esse termo é distinto de zero, indica que existe um desvio em relação à trajetória de equilíbrio; e o sinal e magnitude dos coeficientes da matriz α determinam a forma e a intensidade com que cada variável endógena responde a esse desvio.

O teste de Johansen confirmou a existência de dois vetores cointegrantes, evidenciando múltiplas combinações lineares estacionárias entre as variáveis integradas de ordem um $I(1)$. Esses vetores cointegrantes, cujos coeficientes estimados refletem as relações estruturais subjacentes, capturam dimensões distintas do equilíbrio de longo prazo entre desalento, investimentos, comércio exterior, PIB e confiança empresarial.

A partir disso, foi estimado um VECM com duas equações estruturais de longo prazo e defasagens apropriadas para capturar a dinâmica de curto prazo. As estimativas de longo prazo para a equação do desalento, apresentadas na Tabela 6, foram obtidas por métodos adequados ao modelo VECM, com correção para heterocedasticidade.

Tabela 6 – Estimativas da Equação de Longo Prazo para o Desalento

Variável	Coefficiente	Erro-padrão	t-valor	Significância
PIB	0.012	0.015	0.8	ns
FBCF	-0.203	0.057	-3.56	***
Exportações	-0.129	0.041	-3.15	***
Importações	0.076	0.05	1.52	*
Inflação	0.188	0.066	2.85	***
Confiança Empresarial	-0.254	0.082	-3.1	***

Nota: *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,10$; ns: não significativo

Fonte: Elaborado pelo próprio autor

Conforme a Tabela 9, os resultados mostram que, no longo prazo, o desalento é negativamente afetado pela Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), pelas exportações e pela confiança empresarial, todas estatisticamente significativas ao nível de 1%. Esses achados indicam que o aumento do investimento produtivo, a ampliação do comércio externo e a melhora nas expectativas dos agentes econômicos contribuem para a redução do desalento.

Por outro lado, a variável inflação apresentou efeito positivo e estatisticamente significativo, sugerindo que o aumento do nível geral de preços está associado ao crescimento do desalento, fato que se deve, possivelmente, à deterioração do poder de compra e a maior instabilidade econômica. Cabe destacar também que, maiores níveis da inflação, levam o BCB a estabelecer maiores taxas de juros, o que repercute negativamente sobre o investimento e a renda.

Por fim, os coeficientes do PIB e das importações não apresentaram significância estatística, o que sugere que o crescimento econômico agregado, por si só, pode não ser suficiente para alterar o comportamento do desalento no longo prazo, possivelmente, refletindo um crescimento pouco inclusivo ou com baixa geração de empregos.

Esses resultados corroboram com o estudo de Bourscheidt e Silva (2020), que, ao analisarem o impacto das exportações brasileiras na demanda por mão de obra, destacam os efeitos positivos sobre o emprego, especialmente em setores primários e intensivos em trabalho. A inserção internacional, portanto, pode atuar como mecanismo relevante para reduzir o desalento, sobretudo em contextos regionais específicos. Tal relação, neste sentido, pode contribuir para explicar a influência significativa das exportações sobre o desalento no curto prazo, conforme evidenciado nos resultados empíricos, ao impulsionar a atividade em setores

que absorvem mão de obra com menor qualificação e ajudam a reinserir trabalhadores no mercado formal.

No que tange à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), o papel desta variável é destacado pelo CRE/DF (2017), que sugere que a retração da FBCF, especialmente em períodos de crise como no biênio 2015-2016 no Brasil, está associada ao aumento do desemprego e do desalento, refletindo a menor capacidade produtiva e a queda dos investimentos. Dessa forma, políticas que promovam o fortalecimento da FBCF são fundamentais para estimular um crescimento econômico mais inclusivo e a melhora das condições do mercado de trabalho.

A confiança empresarial, ao impactar possivelmente no aumento dos investimentos, pode contribuir para explicar os impactos positivos para a redução do desalento, sugerindo que os efeitos se manifestam principalmente no longo prazo ou de forma indireta.

Finalmente, as variáveis *dummies* que representam choques conjunturais específicos (anos de 2015, 2016 e 2020) tiveram papel importante em capturar variações atípicas no desalento, reforçando que eventos extraordinários podem causar distúrbios significativos no mercado de trabalho que vão além das relações estruturais modeladas.

Essas evidências indicam que, para a formulação de políticas públicas eficazes, é fundamental considerar tanto os fatores estruturais de longo prazo quanto as dinâmicas de curto prazo e os impactos de choques exógenos, a partir de políticas públicas que combinem estímulo ao investimento produtivo, incentivos ao setor externo e redução da instabilidade macroeconômica no enfrentamento do desalento.

1.4.5 Análise da decomposição da variância

A decomposição da variância dos erros, permite quantificar a importância relativa dos choques em cada variável do sistema na explicação da variabilidade futura do desalento.

Na Tabela 7, é apresentada a análise detalhada para os dez períodos projetados. Conforme indicado, no período 1 (ou primeiro trimestre), 100% da variação do erro de previsão de desalento é explicada por choques na própria variável, o que é razoável, pois os efeitos das demais variáveis ainda não se propagaram. Com o passar do tempo, a influência do próprio desalento na explicação da sua variância diminui, passando para cerca de 83,8% no décimo período, ou após 30 meses, e as demais variáveis macroeconômicas começam a ganhar relevância.

Tabela 7 – Análise da decomposição da variância

Período	Desalento	PIB	FBCF	Confiança	Importação	Exportação
1	100	0	0	0	0	0
2	94,64	3,57	1,23	0,26	0,13	0,17
3	90,97	4,82	2,13	0,85	0,57	0,65
4	88,97	5,15	3,14	1,19	0,82	0,75
5	87,46	5,63	3,79	1,48	0,85	0,79
6	86,24	6,09	4,2	1,69	0,87	0,91
7	85,36	6,38	4,5	1,84	0,93	0,99
8	84,73	6,54	4,76	1,96	0,98	1,03
9	84,22	6,69	4,97	2,05	1	1,06
10	83,79	6,84	5,13	2,13	1,02	1,1

Fonte: Elaboração própria

O PIB se destaca dentre os determinantes externos, respondendo por cerca de 6,83% da variância do desalento após 10 períodos. Esse resultado está alinhado com a teoria econômica, que associa expansão no PIB à melhoria das condições do mercado de trabalho, reduzindo o desalento.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) explica 5,13% da variância após 10 trimestres, sugerindo que o investimento tem um efeito moderado e crescente para a redução dos indivíduos desalentados. A confiança empresarial ganha importância gradualmente, chegando a 2,13%, indicando alguma sensibilidade das expectativas para a queda do desalento.

Em suma, os dados da análise empírica sugerem que o desalento apresenta uma dinâmica de retroalimentação, reforçando sua persistência temporal e evidenciando a presença de um componente estrutural significativo em sua determinação. Embora melhorias nas condições conjunturais possam atenuar parcialmente sua incidência, fatores estruturais relacionados a desigualdades regionais, de gênero, de raça e etc., impõem obstáculos mais profundos e persistentes, com importantes desafios para a formulação de políticas públicas no enfrentamento das múltiplas dimensões desse fenômeno.

1.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este ensaio teve como objetivo analisar os determinantes macroeconômicos do desalento no mercado de trabalho brasileiro entre 2012 e 2024. Partindo da concepção do

desalento como expressão de exclusão estrutural e desigualdade persistente, buscou-se investigar de que forma variáveis agregadas da economia influenciam a decisão de desistir da busca por uma ocupação.

A análise foi estruturada em uma discussão teórico-conceitual e em uma análise empírica que apresentou a caracterização estatística da população desalentada com base nos microdados da PNADC, com recortes por gênero, raça/cor, faixa etária, escolaridade e região e, posteriormente, estimou-se um Modelo Vetorial de Correção de Erros (VECM), objetivando analisar a relação entre o desalento e variáveis macroeconômicas selecionadas, tais como Produto Interno Bruto (PIB), Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), exportações/importações, inflação e índice de confiança empresarial.

No plano sociodemográfico, a análise revelou que o desalento atinge de maneira desproporcional mulheres, pessoas negras, indivíduos com ensino médio ou superior e residentes nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, observou-se um envelhecimento progressivo do perfil dos desalentados, indicando dificuldades mais intensas de reinserção para trabalhadores com idade mais elevada.

Os resultados do modelo VEC sugeriram que o desalento está estruturalmente vinculado a variáveis como FBCF, exportações e confiança empresarial, as quais apresentaram coeficientes negativos e estatisticamente significativos. Isso indica que o aumento do investimento produtivo, das exportações e a melhora nas expectativas dos empresários estão associadas à redução persistente do desalento. A inflação, por sua vez, apresentou relação positiva e significativa, sugerindo que a perda do poder de compra e o aumento da incerteza também impulsionam a exclusão do mercado de trabalho. O PIB, embora relevante em termos teóricos, não apresentou significância estatística no longo prazo, o que pode refletir um crescimento econômico que não se traduz necessariamente em inclusão produtiva.

A análise também incorporou variáveis *dummies* para os anos de 2015, 2016 e 2020, de modo a capturar choques conjunturais específicos, como a crise econômica e a pandemia de COVID-19. Os resultados revelaram que esses períodos exerceram efeitos significativos sobre o desalento, independentemente das variáveis estruturais incluídas no modelo. Isso evidencia que, embora o desalento tenha determinantes macroeconômicos de longo prazo, ele também responde fortemente a choques transitórios.

A análise da decomposição da variância evidenciou que o desalento é fortemente dependente de sua trajetória passada, seguido pelo PIB, a FBCF e pela confiança empresarial. Tais achados destacam a importância do ciclo econômico e das expectativas na configuração do desalento, mas não eliminam sua natureza estrutural.

Diante desse cenário, conclui-se que o enfrentamento do desalento exige políticas públicas de caráter estrutural, mas do que ligadas à dinâmica de curto prazo. O estímulo ao investimento produtivo, o fortalecimento de setores com maior geração de empregos formais e a valorização da qualificação profissional são fundamentais para reverter os fatores que sustentam o desalento. Além disso, políticas mais amplas, especialmente voltadas a grupos vulneráveis, são indispensáveis para mitigar desigualdades e promover a reintegração dos desalentados ao mercado.

Em síntese, o desalento é um fenômeno macroeconomicamente sensível, mas enraizado em desigualdades históricas e estruturais. Sua dinâmica combina elementos de longo prazo e choques conjunturais, o que exige abordagens integradas, sustentáveis e territorialmente orientadas. Investigações futuras podem explorar com mais profundidade o papel das instituições, das políticas regionais e das dimensões subjetivas que moldam a trajetória do desalento, contribuindo para a construção de uma agenda de desenvolvimento mais inclusiva.

REFERÊNCIAS

ANJOS, Marina da Fonseca; CARDOSO, Marta Rezende. Da exclusão social ao desalento: Um olhar “Decolonial”. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XXVI, 2023.

ARAÚJO, João Paulo Faria; ANTIGO, Mariângela Furlan. Desemprego e qualificação da mão de obra no Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 308-335, mai./ago. 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). O desalento e as taxas de desocupação. Estudo Especial, n. 78, abr. 2020. Disponível em: https://cdn-www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE078_O_desalento_e_as_taxas_de_desocupacao.pdf. Acessado em: 05 de julho de 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Sistema Gerenciador de Séries Temporais**, 2025. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 12 de jun. 2025.

BRASIL. Portaria 725, de 13 de abril de 2023. Dispõe sobre a instituição do Programa Mulheres Mil. Diário Oficial da República da União. Brasília, ed. 72, p. 16, abri. 2023.

BRANDÃO, Guilherme Sousa. Desalento e Gênero: Análise para o Brasil nos anos de 2012 a 2019. In: TRAVÃO, Cassiano José Bezerra Marques; SILVA JUNIOR, Antônio Hermes Marques (Org.). **Ensaio sobre economia do trabalho no Brasil da segunda década do século XXI**. Natal: EDUFRN, 2022. p. 42-72.

BOURSCHEIDT, Eduardo Santos; SILVA, Carlos Eduardo Lobo. O impacto das exportações na produção e demanda por mão de obra no Brasil: uma análise a partir de um modelo multisetorial. **Revista de Planejamento e Política Pública**, n. 55, out./ dez. 2020.

BUENO, Rodrigo Losso Silveira. **Econometria de séries temporais**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

CACCIAMALI, M. C.; TATEI, F. Mercado de trabalho: da euforia do ciclo expansivo e da inclusão social à frustração da recessão econômica. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 103-121, mai./ago. 2016.

CATELAN, D. W.; et al. Determinantes da variação do emprego dos jovens brasileiros: uma análise de decomposição estrutural para 2002-2015. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, v. 15, n. 2, p. 310-344, 2022.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - DF. A política monetária brasileira. Revista de Conjuntura, Brasília, n. 60, ano XVII, maio/ agosto, 2017. Disponível em: <https://corecondf.org.br/wp-content/uploads/Revista-Conjuntura/Revista-CoreconDF-Edicao-60-FINAL.pdf> . Acessado em: 24 de julho de 2025.

DIAS, Amanda Cabral. **O desemprego e o desalento de profissionais formados em serviços sociais no Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) - Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Porto Alegre, 2021.

EBERHARDT, Paulo Henrique de Cezaro; FOCHEZATTO, Adelar. Resiliência econômica regional e choques de importação. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 1-18, 2023.

ERICSON, Sóstenes. Desalentados: subjetivação em dizeres sobre mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./ dez. 2020.

FILHO, Fernando Holanda Barbosa; VELOSO, Fernando. Mercado de trabalho no Brasil: evolução, efeitos da pandemia, perspectivas e propostas. **FGV IBRE**, 2022. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/mercado-de-trabalho-no-brasil-evolucao-efeitos-da-pandemia-perspectivas-e-propostas>. Acesso em: 19 de junho de 2025.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **Índice de Confiança Empresarial**, 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/indice-de-confianca-empresarial>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GARCIA, M. F.; et al. A condição do jovem no mercado de trabalho brasileiro: uma análise comparativa entre emprego e o primeiro emprego (1999-2009). **Revista Economia**, Brasília, v. 13, n. 3, p. 481-506, set/ dez 2012.

GONZAGA, Gustavo.; REIS, Mauricio Cortez. Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico: Os efeitos Trabalhador Adicional e Desalento no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n.2, p. 127-148, abr. / jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/tzyC7XGTML5wRvS84PRjdVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

JÚNIOR, Leonardo Assis Martins. A política pública do sistema nacional de emprego no estado de Minas Gerais: Um estudo do público e suas perspectivas no período 2011-2018. In: **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. 73 Rio de Janeiro: Ipea, abr./2022. p. 123-139.

KON, Anita. Pleno emprego no Brasil: interpretando os conceitos e indicadores. **Revista Economia & Tecnologia**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 5-22, Abr./ Jun. 2012.

LONG, Clarence D. The Labor Force under Changing Income and Employment. **Princeton University Press**, Prinpeton. 458-467, 1953.

NAGEM, Fernanda Abreu; SILVA, Sandro Pereira. Institucionalização e execução das políticas públicas de economia solidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 159-175, jun. 2013.

OLIVEIRA, Sidinei Rocha; PICCININI, Valmiria Carolina. Mercado de trabalho: múltiplos(des)entendimentos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, n. 45, p. 1517-1538, set. /out. 2011.

PAULINO, Daniele de Souza. **A vivência do desalento entre jovens graduados: uma aproximação histórico-cultural**. 2021. Tese (Doutorado em Psicologia) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.

WROBLEVSKI, Bruno; CUNHA, Marina Silva. Determinantes das transições no mercado de trabalho brasileiro, crise econômica e desigualdade racial: Uma análise para o período 2012-2019. **Revista ABET**, Paraíba, v. 21, n. 1, jan./ jun. 2022.

2 ENSAIO 2: A LIDERANÇA FEMININA NO CONTEXTO DA ECONOMIA SOLIDÁRIA: ESTUDO DE CASO DE UM COLETIVO DE MULHERES NA CIDADE DE SARANDI/PR

Resumo

Os empreendimentos econômicos solidários (EES) representam uma alternativa inovadora e inclusiva para a geração de trabalho e renda, desempenhando um papel crucial em contextos de vulnerabilidade social. Este ensaio apresenta um estudo de caso sobre um projeto de incubação de um EES em um bairro da periferia de Sarandi/PR, um coletivo de mulheres costureiras, pela Unitrabalho, incubadora da Universidade Estadual de Maringá. A pesquisa analisa os avanços ao longo de mais de dois anos, decorridos até o momento, de execução do projeto (2022-2024), destacando os desafios enfrentados pelas mulheres na estruturação do empreendimento conforme os princípios da economia solidária. O estudo evidencia que o EES possui uma função essencial para a comunidade, marcada pela precariedade das condições de trabalho e carência de infraestrutura econômica e social. Os resultados apontam para a importância dos princípios da economia solidária, como a gestão democrática, a distribuição justa de resultados e o foco na sustentabilidade. O projeto de incubação, nesse sentido, vem promovendo avanços nos âmbitos econômico, social e ambiental, transformando a vida das mulheres participantes e da comunidade local.

Palavras-chave: empreendimentos econômicos solidários, liderança feminina, incubadoras.

Abstract

Solidarity economic enterprises (EES) represent an innovative and inclusive alternative for the generation of work and income, playing a crucial role in contexts of social vulnerability. This essay presents a case study on an incubation project of an EES in a neighborhood on the outskirts of Sarandi/PR, a collective of women seamstresses, by Unitrabalho, an incubator of the State University of Maringá. The research analyzes the progress over more than two years, so far, of the project's execution (2022-2024), highlighting the challenges faced by women in structuring the enterprise according to the principles of solidarity economy. The study shows that the EES has an essential function for the community, marked by the precariousness of working conditions and lack of economic and social infrastructure. The results point to the importance of the principles of solidarity economy, such as democratic management, fair distribution of results and focus on sustainability. The incubation project, in this sense, has been promoting advances in the economic, social and environmental spheres, transforming the lives of the participating women and the local community.

Keywords: solidarity economic enterprises, female leadership, incubators.

Código JEL: J16 J54 J58

2.1 INTRODUÇÃO

A economia solidária (ES) se expandiu no Brasil a partir da década de 1980, como resposta ao crescente desemprego e à precarização das relações de trabalho. Essa expansão se consolidou nos anos 1990 e ganhou relevância política nos anos 2000 e 2010, quando a ES

alcançou o *status* de secretaria de Estado e recebeu apoio por meio de diversos programas. A ES emergiu como uma alternativa ao modelo tradicional de trabalho, priorizando formas de trabalho independentes, fundamentadas na associação voluntária de pessoas, na justiça social e no desenvolvimento sustentável [Carvalho, (2012); Gaiger e Kuyven, (2020)].

Conforme Singer (2002), o Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (1986) desempenhou um papel importante, incentivando a criação da Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária, de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares e da Rede Unitrabalho, as quais ampliaram o papel das universidades no apoio às iniciativas de economia solidária. Em 1991, a criação da Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão fortaleceu ainda mais esse movimento, ao atender empresas recuperadas por trabalhadores e empreendimento autogestionários. Adicionalmente, a Agência de Desenvolvimento Solidário da Central Única dos Trabalhadores (CUT) mobilizou sindicatos para apoiar projetos de ES, enquanto a Cáritas Brasileira, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou diversos pequenos projetos voltados à geração de trabalho e renda em comunidades periféricas e rurais.

Ao longo de sua evolução, a economia solidária tem desempenhado um papel essencial na inclusão de grupos historicamente marginalizados na sociedade brasileira, entre eles as mulheres. Essas trabalhadoras, tradicionalmente subordinadas nas relações de produção, enfrentam desafios com raízes históricas profundas, que se intensificaram em períodos de crise, como as Guerras Mundiais. Nesses momentos, muitas foram forçadas a ingressar no mercado de trabalho por necessidade, enfrentando críticas e estigmas. Nos dias atuais, essa luta contínua por reconhecimento e igualdade se reflete em problemas como a sobrecarga da dupla jornada, disparidades salariais e barreiras no acesso a oportunidades de ascensão profissional.

Este artigo tem como objetivo analisar a liderança feminina em um empreendimento econômico solidário, uma associação de costureiras em processo de incubação pela Unitrabalho, incubadora da Universidade Estadual de Maringá, empreendimento que está localizado em um bairro da periferia de Sarandi/PR. A pesquisa busca identificar os caminhos percorridos e os desafios enfrentados pelas mulheres no que tange à estruturação do empreendimento em bases da economia solidária, de modo a gerar trabalho e renda às participantes, dado o contexto de precariedade das condições de trabalho e infraestrutura econômica e social presentes naquela comunidade.

O ensaio está estruturado da seguinte forma. Após esta introdução, a Seção 2 aborda os aspectos teóricos e empíricos da relação entre gênero e mercado de trabalho, com evidências sobre a desigualdade de gênero no Brasil. A Seção 3 explora o panorama da economia solidária

no Brasil, destacando a inserção das mulheres nesse modelo alternativo. A Seção 4 dedica-se à análise das dinâmicas de liderança feminina em um empreendimento solidário, mais especificamente, um coletivo mulheres costureiras em processo de incubação, localizada em um bairro da periferia de Sarandi, município localizado no noroeste do Paraná. Por fim, a Seção 5 sumariza e conclui.

Os principais resultados da pesquisa evidenciaram não apenas as barreiras enfrentadas pelas mulheres no contexto analisado, mas também as conquistas e o impacto transformador da economia solidária. Além de garantir uma fonte de renda para as participantes do projeto, a iniciativa promoveu o fortalecimento da autoestima e da autonomia feminina, permitindo às mulheres aprender um ofício, os valores comunitários, além de contribuir efetivamente para o sustento de suas famílias, além do bem-estar geral da comunidade. Ao iluminar essas dinâmicas, este ensaio busca contribuir também para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias que fortaleçam a participação feminina nos empreendimentos solidários, promovendo uma economia mais justa, inclusiva e ambientalmente sustentável.

2.2 MERCADO DE TRABALHO E A DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO: BREVE REVISÃO DA LITERATURA

Apesar dos avanços alcançados nas últimas décadas, com a aprovação de leis e a criação de instituições voltadas à promoção da igualdade de gênero no Brasil e no mundo, a desigualdade no mercado de trabalho ainda é uma realidade persistente para as mulheres.

A desigualdade salarial e outras barreiras enfrentadas no ambiente profissional estão amplamente documentadas na literatura acerca do tema, demonstrando que, mesmo com níveis de qualificação equivalentes aos dos homens, as mulheres recebem salários menores, enfrentam oportunidades de crescimento mais restritas e compõem a maior parte da população desocupada. Esses fatores evidenciam os desafios desproporcionais que as mulheres enfrentam no acesso e na permanência no mercado de trabalho, em comparação aos homens.

Essa situação é influenciada por diversos fatores, incluindo a discriminação de gênero e a desigual distribuição das responsabilidades familiares, que recaem, majoritariamente, sobre as mulheres. Nesse contexto, Monteli (2014) observa que, embora a participação feminina no mercado de trabalho tenha crescido significativamente desde a década de 1970, a desigualdade de gênero permanece enraizada. Segundo o autor, isso se deve à divisão sexual do trabalho, que perpetua papéis tradicionais para homens e mulheres, dificultando a superação da pobreza em lares com encargos familiares e reforçando as desigualdades sociais.

Lima *et al.* (2015) analisaram a desigualdade de gênero no Brasil por meio do Índice Multidimensional de Desigualdade de Gênero (IMDG), que abrange dimensões como educação, saúde, trabalho, renda, participação política e violência. Os resultados revelaram disparidades acentuadas nas áreas de trabalho, renda e participação política, apesar da maior escolaridade feminina. Para reduzir essas desigualdades, é essencial priorizar o aumento da presença feminina na política e no mercado de trabalho, equiparar salários e assegurar direitos trabalhistas.

Estudos complementares reforçam a complexidade do problema. Lima, Moraes e Nodari (2016) destacaram as raízes históricas, sociais e culturais da desigualdade salarial de gênero no Brasil. Já Paschoalino, Plassa e Santos (2017), ao analisarem dados da PNADC de 2015, constataram desigualdades salariais significativas entre homens e mulheres. Maia *et al.* (2018) aprofundaram a análise, incorporando as dimensões de gênero e raça, e concluíram que mulheres negras ganhavam, em média, 40% menos que homens brancos, evidenciando como esses fatores interagem para criar cenários ainda mais desafiadores.

Cotrim, Teixeira e Proni (2020), com base nos dados da RAIS, identificaram que as mulheres ganham, em média, 15% menos que os homens em empregos formais, mesmo com níveis semelhantes de escolaridade e experiência. Megda (2020), ao usar a decomposição Oaxaca-Blinder, concluiu que 22% da diferença salarial entre homens e mulheres no Brasil decorrem de discriminação pura, não explicada por fatores mensuráveis.

Dados recentes da PNADC também evidenciam que, no ano de 2024, as mulheres representavam 42,9% da força de trabalho, mas a taxa de desemprego feminino alcançou 54,2%, em contraste com 51,8% em 2014. Além disso, o rendimento médio das mulheres foi de R\$ 2.442,65, enquanto os homens receberam R\$ 2.974,15, com disparidades mais evidentes nas regiões Norte e Nordeste (PNADC, 2025).

A inserção precária das mulheres no mercado de trabalho, como apontam a literatura empírica e os dados recentes, tem impulsionado a busca por alternativas mais inclusivas, como a economia solidária. Nobre (2003) destaca que a conscientização das mulheres sobre sua marginalização no modelo econômico tradicional foi um catalisador para o envolvimento em empreendimentos solidários. Simon e Boeira (2016) reforçam que essas iniciativas promovem equidade e autonomia, enquanto Rubin e Ney (2022) sublinham o papel estratégico da economia solidária na mitigação das desigualdades de gênero.

Embora cerca de 44% dos participantes da economia solidária sejam mulheres, segundo o Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, a informalidade e a invisibilidade do trabalho feminino permanecem desafios significativos. Nascimento *et al.*

(2022) apontam que a ampla participação feminina nesses empreendimentos desempenha um papel crucial na luta por justiça social e econômica.

Nesse contexto, programas e incentivos específicos podem ajudar as mulheres a superar barreiras estruturais e assumir um papel de protagonismo em suas comunidades. Ribeiro (2016) apresenta o caso da Associação das Mulheres Rendeiras, em Petrolina, como exemplo de organização feminina que promove transformações sociais. A associação não apenas fortaleceu os negócios locais, mas também construiu parcerias e redes de apoio que melhoraram a qualidade de vida na comunidade. Oliveira (2023) concorda que as mulheres desempenham um papel essencial no avanço da economia solidária, contribuindo para a diversidade, eficiência, governança democrática e sustentabilidade dos empreendimentos cooperativos.

Em síntese, o envolvimento das mulheres na economia solidária transcende a dimensão econômica, representando um movimento passível de promover maior igualdade de gênero, justiça social e desenvolvimento sustentável. O reconhecimento, a valorização e as ações para a promoção do papel feminino na sociedade, nesse contexto, é essencial para a construção de uma economia mais equitativa e inclusiva, fortalecendo tanto as pessoas/comunidades envolvidas, quanto a sociedade como um todo.

2.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: UM PANORAMA DOS EMPREENDIMENTOS SOLIDÁRIOS E A QUESTÃO DE GÊNERO

A economia solidária constitui uma alternativa sistêmica à lógica tradicional de organização do trabalho e da produção capitalista, fundamentando-se em princípios como autogestão, cooperação, solidariedade e centralidade do trabalho humano. No contexto brasileiro, ela emerge como uma estratégia relevante de geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento comunitário, sobretudo entre populações historicamente marginalizadas pelos mecanismos excludentes do mercado formal de trabalho.

De fato, até o momento, a principal e mais abrangente pesquisa sobre o tema foi realizada por meio do Mapa da Economia Solidária no Brasil, entre 2005 e 2007, com o objetivo de identificar e mapear os empreendimentos solidários em todo o país. Posteriormente, um segundo mapeamento ocorreu entre 2009 e 2013. No entanto, desde então, nenhum novo levantamento foi conduzido, deixando um hiato de mais de uma década no estudo dos EES, considerando o ano do presente estudo.

Para compreender o panorama desse período, foram utilizados os dados do Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo, produzido pelo Departamento

Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), cuja coleta era de responsabilidade da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

No que se refere ao número de sócios por faixa de composição, observou-se que as mulheres eram maioria apenas nos empreendimentos de pequeno porte, especialmente naqueles compostos por até seis sócios, 8.384 mulheres contra 3.164 homens. À medida que o número de sócios aumentava, a presença masculina passava a predominar. Entre empreendimentos com 7 a 19 sócios, por exemplo, havia 32.643 mulheres e 24.368 homens, enquanto na faixa de 20 a 39 sócios essa relação se invertia para 79.766 homens e 67.881 mulheres. Essa diferença se tornava ainda mais acentuada nas organizações maiores: de 100 ou mais sócios, havia 548.509 homens para 392.030 mulheres. Esse cenário indicava que as mulheres tinham uma participação mais expressiva em empreendimentos menores e com estruturas mais simples, enquanto os homens predominavam nas organizações de maior porte e complexidade.

Considerando a área de atuação, as mulheres apresentavam participação predominante tanto no meio rural quanto no urbano, sendo proporcionalmente mais representativas no primeiro. No meio rural, foram registrados 8.384 sócios do sexo feminino contra 3.164 do sexo masculino; já no meio urbano, havia 32.643 mulheres e 24.368 homens.

Em relação à categoria social, verificou-se que as mulheres predominavam em atividades como o artesanato, com 81.486 sócias contra 22.792 homens, e na reciclagem de materiais, com 9.631 contra 6.442. Nos artistas, havia relativa paridade, 6.116 mulheres e 5.979 homens. Já os homens eram maioria expressiva na agricultura familiar, com 587.130 participantes contra 359.941 mulheres, nos assentamentos da reforma agrária, com 41.494 contra 25.345, e na mineração, com 4.400 contra 1.411. Em outras categorias, como a dos técnicos e profissionais de nível superior, a distribuição era próxima, 15.448 homens e 12.085 mulheres, assim como entre trabalhadores autônomos ou por conta própria (45.530 homens e 41.443 mulheres) e desempregados (22.567 homens e 23.330 mulheres).

No que se refere à forma de organização, a predominância masculina se concentrava nas estruturas mais tradicionais, como associações, com 460.538 homens e 401.317 mulheres, e cooperativas, com 289.938 homens e 136.202 mulheres. Já as mulheres eram maioria nos grupos informais, com 74.959 participantes contra 42.671 homens. Nas sociedades mercantis, havia 10.226 homens e 7.780 mulheres.

Esse conjunto de dados revela que, embora as mulheres desempenhassem um papel relevante e, em alguns casos, majoritário em determinadas áreas e categorias, a presença masculina ainda se sobressaía nos empreendimentos de maior porte, nas atividades

historicamente associadas ao trabalho masculino e nas formas de organização mais estruturadas.

Para delinear o panorama contemporâneo da economia solidária no Brasil, foram analisados dados do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CADSOL), sob gestão do Ministério do Trabalho, no período de 2014 a 2023. No sistema anterior, o registro era realizado por representantes dos próprios empreendimentos, por meio de autodeclaração, sendo posteriormente analisado por comissões estaduais ou municipais compostas por representantes dos empreendimentos, entidades de apoio e órgãos governamentais atuantes na economia solidária. Uma vez aprovado o cadastro, era emitida a Declaração de Empreendimento Econômico Solidário (DCSOL). É importante destacar que os dados aqui utilizados foram extraídos dessa versão anterior do sistema, que, segundo o próprio governo, apresentava instabilidades operacionais e informações desatualizadas, o que pode implicar limitações na abrangência e precisão dos registros.

Os dados mais recentes, para o ano de 2023, indicam a existência de 27.472 empreendimentos solidários oficialmente cadastrados no país. No que se refere ao perfil dos participantes, contabilizam-se 1.000.337 homens e 806.723 mulheres atuando nessas atividades coletivas. Embora os homens representem a maioria, a presença expressiva de mulheres evidencia o protagonismo feminino nesse campo, especialmente em regiões marcadas por vulnerabilidade socioeconômica. A análise da distribuição por gênero não deve restringir-se ao número absoluto de participantes, mas sim compreender as assimetrias de inserção e os espaços efetivos de poder e decisão dentro dos empreendimentos (CADSOL, 2023).

A desagregação por forma de organização, Tabela 8, revela nuances importantes sobre essa inserção. As associações configuram-se como a forma organizativa mais prevalente para ambos os gêneros, reunindo 515.606 homens e 463.028 mulheres. Este arranjo, geralmente vinculado a objetivos coletivos e comunitários, parece favorecer a participação feminina, dada sua menor complexidade jurídica e maior alinhamento com valores de solidariedade e cuidado.

Em contraste, as formas de organização em cooperativas, que são mais estruturadas e formalizadas, observa-se uma sub-representação das mulheres (186.956 frente a 383.789 homens), o que pode refletir barreiras institucionais ou culturais à sua entrada e permanência em estruturas que requerem maior capital social e capacitação técnica. Nos grupos informais, a presença feminina supera a masculina (119.261 *versus* 65.286), apontando para a adesão de mulheres a formatos mais flexíveis, de menor exigência regulatória, mas com potencial de articulação comunitária significativo. Já nas sociedades mercantis, a baixa participação de

ambos os sexos (com ligeiro predomínio masculino) reflete o distanciamento dessa estrutura em relação aos princípios fundantes da economia solidária (CADSOL, 2025).

Tabela 8 – Distribuição organizacional dos EES por gênero, Brasil, 2023

Forma de organização	Homens	Mulheres
Associação	515.606	463.028
Cooperativa	383.789	186.956
Grupo Informal	65.286	119.261
Sociedade Mercantil	10.683	8.290

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CADSOL, (2025)

A análise por atividade econômica, conforme mostra a Tabela 9, evidencia outra dimensão da diversidade organizacional. A produção de bens aparece como a principal atividade dos empreendimentos solidários (14.930), com presença equilibrada entre homens (366.638) e mulheres (342.323), desafiando estereótipos que associam a produção a uma prerrogativa masculina. Esse dado sugere que, no interior da economia solidária, a divisão sexual do trabalho assume contornos distintos dos observados no mercado formal, com as mulheres ocupando posições relevantes no núcleo produtivo.

As atividades de comercialização e organização da comercialização também apresentam equilíbrio de gênero (161.928 homens e 139.226 mulheres), indicando o envolvimento feminino não apenas na produção, mas em etapas estratégicas da cadeia produtiva. Essa transversalidade da atuação feminina se confirma nas iniciativas de consumo coletivo (130.595 mulheres e 163.058 homens), onde valores como cooperação e uso compartilhado de recursos ganham centralidade, dialogando com a economia do cuidado.

Contudo, nota-se ainda uma concentração masculina em segmentos como prestação de serviços a terceiros (91.644 homens frente a 63.827 mulheres) e, principalmente, em poupança, crédito e finanças solidárias (172.942 homens e 83.157 mulheres). Essas desigualdades podem ser interpretadas como expressão de um padrão de exclusão mais sutil, em que as mulheres têm sua participação limitada justamente nas áreas de maior densidade técnica, financeira e decisória, exigindo políticas específicas de formação, fortalecimento e empoderamento feminino.

Tabela 9 – Distribuição de atividades econômicas nos EES por gênero, Brasil, 2023

Atividade Econômica	Empreendimentos	Homens	Mulheres
Produção	14.930	366.638	342.323
Comercialização ou Organização da Comercialização	4.514	161.928	139.226
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.974	163.058	130.595
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.673	91.644	63.827
Troca de produtos ou serviços	587	19.172	18.344
Poupança, crédito ou finanças solidárias	441	172.942	83.157

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CADSOL, (2025)

A dimensão territorial, evidenciada na Tabela 10 a seguir, oferece subsídios relevantes à compreensão da capilaridade e diversidade da economia solidária no Brasil. A partir dos dados do CADSOL (2023), observa-se que Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Ceará concentram cerca de 39% dos empreendimentos do país, revelando polos regionais de organização solidária.

O recorte por gênero e território, no entanto, mostra padrões díspares. Em estados como Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Ceará, Rio de Janeiro e Maranhão, as mulheres superam numericamente os homens, reforçando a presença feminina na economia solidária. Em contrapartida, no Rio Grande do Sul a diferença é expressiva em favor dos homens (67,41% contra 32,59% de mulheres), possivelmente refletindo o predomínio de cooperativas agroindustriais mais tradicionais e masculinizadas. Situação semelhante se verifica no Pará, Santa Catarina e Paraná, onde a participação masculina também é majoritária.

Por outro lado, estados como o Distrito Federal (67,08%) e Amapá (56,95%) se destacam por apresentar maior número de mulheres, mesmo com participação proporcionalmente menor no total de empreendimentos, sinalizando dinâmicas locais em que a inserção feminina é mais significativa.

Tabela 10 – Distribuição percentual de empreendimentos e participação por gênero nos estados brasileiros

Estado	Empreendimentos	Homens	Mulheres
MG	10,28	47,30	52,70
RS	7,67	67,41	32,59
BA	7,48	48,76	51,24
PE	7,39	49,13	50,87
CE	6,17	49,78	50,22
SP	5,82	50,30	49,70
PA	5,46	55,86	44,14
RN	5,15	56,04	43,96
PR	4,48	64,63	35,37
RJ	4,26	47,45	52,55
MA	3,89	49,88	50,12
SC	3,66	62,82	37,18
GO	3,57	61,65	38,35
MT	3,35	54,96	45,04
PI	3,13	52,47	47,53
PB	2,53	45,04	54,96
ES	2,47	59,30	40,70
AM	2,17	54,20	45,80
AL	1,91	56,31	43,69
TO	1,77	51,29	48,71
MS	1,46	43,83	56,17
AC	1,43	52,99	47,01
AP	1,21	43,05	56,95
RO	1,09	61,80	38,20
DF	1,05	32,92	67,08
SE	0,83	49,57	50,43
RR	0,33	70,45	29,55

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de CADSOL, (2023).

Os dados da Tabela 10 reforçam a hipótese de que a economia solidária se organiza a partir das especificidades territoriais, adaptando-se aos contextos culturais, socioeconômicos e institucionais, e que as mulheres desempenham papel estratégico em territórios onde as alternativas de inserção formal são mais restritas.

Em síntese, a economia solidária no Brasil apresenta formas organizacionais diversas, múltiplas áreas de atuação e distintos arranjos territoriais. A participação feminina, embora ainda marcada por assimetrias em alguns estados, é ampla, multifacetada e fundamental. As

mulheres estão presentes em todos os tipos de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), da produção à comercialização, do consumo coletivo às finanças e, em muitas situações, ocupam posição de protagonismo. Contudo, persistem barreiras institucionais e culturais que restringem seu acesso a espaços de maior formalização, poder e capital.

Simon e Boeira (2017) mencionam que entre as barreiras, destacam-se a divisão sexual do trabalho e a sobrecarga com cuidados domésticos, que reduzem a dedicação aos empreendimentos, e a baixa representatividade feminina em cargos de direção. Soma-se a concentração das mulheres em associações menores e informais, com restrições como a impossibilidade de emitir notas fiscais, o que dificulta acesso a mercados e crédito. Há ainda a centralização de informações por lideranças, a descontinuidade de políticas públicas de fomento e o baixo nível de escolaridade, que limita a capacidade de gestão e a busca por oportunidades. Esses obstáculos reforçam desigualdades de gênero e restringem o protagonismo feminino nos EES.

Cabe mencionar, que a comparação entre os dados históricos, DIEESE, e os mais recentes, CADISOL, permite observar tanto continuidades quanto mudanças na inserção de homens e mulheres na economia solidária brasileira. Em ambos os períodos, as mulheres desempenham papel central, mas sua participação tende a ser mais expressiva em empreendimentos menores, menos formalizados e em áreas tradicionalmente associadas ao trabalho feminino, como artesanato, reciclagem e grupos informais. Os homens, por sua vez, mantêm predominância em estruturas maiores e formais, tais como cooperativas e associações de maior porte, além de atividades ligadas à agricultura, agroindústria e finanças solidárias.

Do ponto de vista organizacional, permanece a associação entre maior formalização e predominância masculina, embora haja sinais de ampliação do espaço feminino em atividades de produção e comercialização. A análise mais recente mostra equilíbrio de gênero em setores-chave da cadeia produtiva, o que representa avanço em relação ao cenário anterior, onde a presença feminina era mais concentrada em nichos específicos.

O recorte territorial reforça a influência das especificidades regionais: enquanto alguns estados, como Minas Gerais, Bahia e Pernambuco, apresentam maioria feminina, outros, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, evidenciam forte masculinização, especialmente vinculada ao perfil econômico predominante.

Assim, embora haja ampliação e diversificação da presença feminina na economia solidária, persistem barreiras estruturais e culturais que limitam seu acesso a espaços de maior poder e capital. Essas limitações também podem ser analisadas a partir da economia feminista,

que oferece uma lente crítica sobre a organização social do trabalho e suas implicações para a participação das mulheres nos empreendimentos solidários.

Acerca dessa discussão, cabe acrescentar que a economia feminista critica a concepção dominante de trabalho, que privilegia apenas as atividades formalmente remuneradas, invisibilizando tarefas domésticas e de cuidado que são essenciais para a reprodução da vida e da força de trabalho. Gomez-Baggethun (2022) destaca que essa desvalorização histórica gera implicações econômicas e sociais profundas, uma vez que o trabalho não pago, majoritariamente realizado por mulheres, permanece fora das estatísticas e das políticas públicas. Esse enquadramento permite compreender por que a exclusão feminina do mercado formal está ligada não apenas a barreiras de acesso, mas também à forma como o sistema econômico organiza o trabalho reprodutivo.

Ainda segundo o autor, mesmo com o aumento da participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres continuam assumindo a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado, resultando em jornadas mais longas e intensas que as dos homens. Essa sobrecarga reduz as oportunidades de qualificação, inserção profissional e participação política das mulheres, além de reforçar a incidência do desalento. O desafio se amplia quando políticas de redução da jornada remunerada não são acompanhadas de medidas que considerem a desigual divisão do tempo, correndo o risco de perpetuar a ideia de que os salários femininos são complementares e que o tempo das mulheres deve ser absorvido pelo cuidado não remunerado (Gomez-Baggethun, 2022).

Ao aplicar essa perspectiva à economia solidária, evidencia-se que a inserção das mulheres em empreendimentos autogestionários não ocorre em condições de igualdade. A dupla jornada pode limitar sua atuação e restringir o alcance emancipatório dessas iniciativas. Por outro lado, a economia solidária, ao valorizar formas de trabalho historicamente desconsideradas, tem potencial de se constituir em espaço de reconhecimento e redistribuição, desde que políticas de apoio garantam condições efetivas para a participação feminina. Assim, a integração entre economia feminista e economia solidária amplia a compreensão do papel das mulheres nesses empreendimentos, permitindo avaliar não apenas sua presença numérica, mas também a qualidade e as condições de sua participação.

É nesse contexto que se insere o estudo de caso desta pesquisa, voltado à análise da liderança feminina em um empreendimento solidário: um coletivo de mulheres costureiras situada na cidade de Sarandi/PR, cuja trajetória ilustra os desafios e as potencialidades da atuação das mulheres na consolidação de uma economia mais justa, inclusiva e democrática.

2.4 A LIDERANÇA FEMININA NOS EMPREENDIMENTOS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: UM ESTUDO DE CASO

2.4.1 Contexto e ambiente para a incubação da cooperativa de mulheres

O município de Sarandi está localizado no noroeste do estado do Paraná, foi criado em 1954 e emancipado em 1981. Seu rápido processo de urbanização foi impulsionado pela proximidade com a cidade de Maringá, transformando-o, assim como outros pequenos municípios do entorno, em uma cidade-satélite. No entanto, a urbanização acelerada trouxe desafios, como crescimento desordenado, infraestrutura urbana precária, déficits em habitação e serviços básicos, além de desigualdade social acentuada.

Segundo Gonçalves e Fleury & Silva (2020), o crescimento demográfico de Sarandi foi da ordem de 4,5% ao ano na década de 1990 foi o maior do estado, mas ocorreu sem o devido planejamento urbano. Essa expansão acelerada foi amplamente negativa para a cidade, dado que o mercado imobiliário visualizou a possibilidade de produzir solo urbano sem a necessidade de construir infraestrutura prévia, implicando num crescimento desconexo e com sistemas urbanos precários.

Especificamente quanto ao déficit habitacional, cabe destacar, que este era de 5700 unidades habitacionais no ano de 2010, contexto que suscitou a construção de habitações populares por meio da Prefeitura Municipal de Sarandi, através do Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHI). Um exemplo foi o caso do Conjunto Habitacional José Richa. Inaugurado em 2014, o bairro possui 471 casas na zona sul da cidade, moradias que foram parte integrante do Programa Federal Minha Casa Minha Vida (PMCMV), destinadas a famílias com renda bruta familiar de até R\$1.600,00 (Faixa 1) (PMS, 2024).

A despeito de dispor de asfalto, água, luz e as casas possuírem aquecimento solar no momento da entrega, é importante salientar que o bairro se encaixa em uma situação que Gonçalves e Fleury & Silva (2020), chamam de “cidade segregada”, pois área de implantação do conjunto ocorreu em um terreno distante, à época de propriedade da construtora, e, além disso, não fazia parte do perímetro urbano do município, não estando prevista pelo PLHIS de 2008 como prioritária para habitação de interesse social.

E, além de distante do centro da cidade, o bairro não contava com espaço para áreas verdes e com áreas para a instalação de equipamentos sociais essenciais: escolas, creches e postos de saúde, que são de responsabilidade da prefeitura de Sarandi, mas que não foram, até o momento, implantados naquele local. Mesmo os serviços vicinais, como mercados, padarias

e farmácias são raros no local e, quando existem, os preços são elevados obrigando os moradores a se deslocarem para o centro da cidade. A qualidade do transporte público também é precária, sendo servido por uma única linha com horários muito restritos: nos domingos, por exemplo, os ônibus paravam de circular no bairro por volta das 13 horas. A ausência de redes de telefonia e internet é outra característica negativa no bairro, a qual se soma a má qualidade do sinal dos telefones celulares².

Figura 1 – Vista aérea do Bairro José Richa em Sarandi/PR



Fonte: Extraído de Gonçalves e Silva (2020), p. 10.

Além dos indicadores econômicos e de infraestrutura social precarizados, a pesquisa conduzida por Gonçalves e Fleury & Silva (2020), aponta ainda vários aspectos problemáticos no Conjunto Habitacional José Richa, sendo alguns: i) um elevado número de crianças de 0-5 anos, cujas mães estavam impossibilitadas de trabalhar, principalmente, pela falta de creches; ii) cerca de metade dos moradores adultos não possuíam nem o ensino fundamental completo; iii) alta taxa de desemprego, em cerca de 35% das habitações não havia nenhuma pessoa empregada.

É nesse contexto complexo, que a economia solidária, enquanto alternativa econômica de geração de emprego e renda de forma inclusiva e sustentável, pode ser aplicada de modo a servir como uma ferramenta poderosa para transformação social em comunidades vulneráveis. No caso projeto implementado no Conjunto Habitacional José Richa, em Sarandi/PR. Liderado

² Essas informações constam no trabalho de Gonçalves e Fleury & Silva (2020), mas ao longo da implantação do projeto entre 2022-2024, os mesmos problemas permaneciam, constatadas pessoalmente pela equipe do projeto, bem como, reafirmadas pelas mulheres participantes.

por mulheres, essa iniciativa utilizou a costura como eixo central para fomentar o empoderamento feminino, a autogestão e a sustentabilidade ambiental.

2.4.2 O projeto “Liderança Feminina no Conjunto José Richa em Sarandi/PR”

O projeto “Liderança Feminina e Economia Solidária: Geração de trabalho e renda no Conjunto Habitacional José Richa - Sarandi/PR, teve início no ano de 2022, acompanhado pelo Unitrabalho, incubadora da Universidade Estadual de Maringá, conta com o financiamento da Fundação Araucária, entidade pública de fomento às atividades de ensino, pesquisa e extensão do governo do Paraná.

Por meio de uma equipe multidisciplinar, composta por uma coordenadora (docente do Departamento de Economia da UEM), técnicos administrativos e alunos bolsistas de cursos de graduação e pós-graduação (economia, psicologia, *design*, administração de empresas), o projeto de incubação de um EES se funde com a liderança feminina no bairro, por meio de grupo de aproximadamente dez mulheres, que de diversas formas, lutam contra a pobreza, a violência, a lacuna de políticas públicas. O coletivo de mulheres, em um espaço próprio, já desenvolveu algumas iniciativas, de forma esparsa, tais como, um “sopão” comunitário, que entrega marmitas para famílias carentes residentes do local, a promoção de bazares de roupas usadas e advindas de doações externas, e aulas de reforço escolar, aos sábados e por professores voluntários, para alunos do bairro.

Com esta liderança pré-existente e, sob a base teórica norteadora da economia solidária, tais como, princípios de organização e gestão democrática do trabalho, distribuição equitativa dos resultados e o foco no desenvolvimento sustentável e na justiça social, vislumbrou-se a possibilidade de incubar um EES, que fosse aderente à realidade dos moradores do Conjunto Habitacional José Richa em Sarandi.

A ideia inicial do projeto era viabilizar apoio a uma cooperativa de reciclagem, uma vez que muitos dos moradores do bairro eram catadores desses materiais. Todavia, no decorrer das visitas e reuniões, se observou que os mesmos vendiam o produto da sua coleta a atravessadores, perdendo parte importante da geração de renda na venda desses materiais, mantendo pouco interesse em se engajar nas atividades para criar a própria cooperativa. Com o andamento do projeto, percebeu-se novas vocações do público alvo, predominantemente feminino, para outras duas atividades, panificação e costura, optando-se pela segunda.

Assim, o projeto voltou-se para a incubação de um coletivo de mulheres costureiras. A sondagem inicial em torno das demandas e anseios locais, bem como as possibilidades reais de

atuação e as potencialidades facilitaram a escolha pois já havia um local disponível para as atividades e ainda contavam com a doação de máquinas de costura industriais. O ofício foi ensinado às mulheres pela *Associação de artesãos e artistas plásticos de Paiçandu e região vivendo artes*, da cidade de Paiçandu, estado do Paraná, que transforma materiais recicláveis em produtos únicos e sustentáveis.

Por meio de uma metodologia de incubação pré-definida pela Unitrabalho, foi fornecida capacitação profissional por meio de aulas de costura semanais para duas turmas de mulheres, em dois horários diferentes, momento em que a equipe do projeto estava presente e aproveitava para apresentar os princípios da economia solidária, tais como a autogestão. A ideia era promover a formação de um EES, que promovesse a trabalho e renda, inclusive, visando além da formalização de uma associação.

A produção dos itens de costura é realizada por essas mulheres, utilizando máquinas de costura previamente doadas por terceiros às lideranças do bairro. Esses equipamentos, somados a doações de insumos como linhas, tecidos e lonas, doados por empresas e instituições locais, possibilitaram o início do trabalho. O principal produto comercializado é obtido a partir de *banners* de lona vinílica. O processo de produção segue etapas bem definidas, a saber: i) os *banners* são recebidos em lotes; ii) passam pela triagem das mulheres participantes do projeto; iii) os materiais são limpos para garantir a qualidade final dos produtos; iv) utilizando padrões desenvolvidos nos cursos de capacitação, as lonas são cortadas e moldadas para a confecção de *ecobags*, bolsas e outros itens e, por fim, os produtos recebem detalhes finais, como alças reforçadas, etiquetas personalizadas e ajustes para garantir funcionalidade e estética.

Cabe destacar que a costura dos produtos, ao transformar materiais que não seriam mais utilizados, em produtos únicos e sustentáveis, conferem uma dimensão de preservação ambiental às atividades do EES. Desse modo, é possível perceber que essa organização produtiva é fundamental para que as participantes do projeto possam conciliar suas atividades com as responsabilidades familiares, garantindo flexibilidade e autonomia no trabalho, o que é algo extremamente relevante, dado o contexto de desemprego e ausência de equipamentos sociais que caracteriza o Conjunto Habitacional José Richa em Sarandi.

A figura 2, a seguir, mostra alguns dos produtos que são fabricados pela cooperativa de costureiras.

Figura 2 – Produtos comercializados* pelo coletivo de mulheres



*Nota: Da esquerda para a direita: *ecobag*, bolsas para carregar bolas e uma bolsa de mão
 Fonte: Elaboração própria

No que se refere à comercialização dos produtos, o principal canal é através de uma parceria com uma empresa local, que além de disponibilizar espaço em sua loja para a exposição e venda das peças, também promove os produtos entre seus clientes regulares, oferecendo, ainda, orientações sobre preços e apresentação.

Essa parceria tem sido essencial para a visibilidade inicial do projeto, criando uma vitrine para os produtos e facilitando o acesso das participantes do projeto, moradores do Conjunto Residencial a um público consumidor já estabelecido. Os preços médios dos produtos comercializados são de R\$ 9,00 reais, podendo chegar a R\$ 20,00 reais. A renda gerada para essas mulheres varia conforme a demanda por encomendas.

A formação das participantes foi um dos pilares do projeto. Os cursos de costura semanais, promovidos em parceria com organizações locais, tais como a *Associação Vivendo Artes*, da cidade de Paiçandu/PR, como mencionado, garantiram a qualificação necessária para a produção de itens de qualidade e adaptados às demandas do mercado. A Unitrabalho, uma incubadora vinculada à Universidade Estadual de Maringá (UEM), desempenhou um papel central ao estruturar o projeto com base nos princípios da economia solidária: cooperação, autogestão, solidariedade e democracia. A incubadora ofereceu suporte técnico abrangente, incluindo os requerimentos para a elaboração do estatuto e formalização da associação, a organização de encontros periódicos e a conexão do coletivo de mulheres com redes locais e regionais, ampliando as oportunidades de comercialização dos produtos. Além disso, o

Unitrabalho auxilia na implementação de práticas gerenciais que fortalecem a autonomia das participantes.

Foi essencial também o aporte financeiro ao projeto fornecido pela Fundação Araucária, que garantiu o financiamento inicial do projeto, permitindo o desenvolvimento de capacitação técnicas. Esse apoio foi crucial para o fortalecimento das bases da iniciativa e para a promoção de práticas sustentáveis alinhadas aos objetivos da economia solidária. Apesar do objetivo inicial de construir uma cooperativa de catadores de recicláveis em 2022, a ausência de apoio da iniciativa pública representou um desafio significativo, evidenciando a necessidade de maior articulação entre comunidades, universidades e políticas públicas.

Dentre os principais resultados, vale notar, que o projeto gerou e está gerando impactos significativos em diferentes dimensões da vida das mulheres moradoras do Conjunto Habitacional José Richa em Sarandi. Além de garantir uma fonte de renda para as participantes, a iniciativa promoveu o fortalecimento da autoestima e da autonomia feminina. As mulheres se tornaram protagonistas de suas histórias, contribuindo ativamente para o sustento de suas famílias e o bem-estar da comunidade.

A preocupação com a sustentabilidade também foi um diferencial do projeto. Ao reaproveitar materiais recicláveis, como *banners* de lona vinílica, que não teriam outro tipo de reuso, as participantes contribuíram para a redução do impacto ambiental, criando produtos que combinavam funcionalidade e responsabilidade ecológica. Para técnicos e bolsistas da Unitrabalho, a experiência vem proporcionando aprendizado prático sobre os desafios e potencialidades da economia solidária, mostrando o papel ímpar das universidades no desenvolvimento de projetos sociais.

A despeito dos aspectos positivos do projeto, este não foi isento de muitos problemas. Durante muitas das qualificações foram percebidos aspectos negativos, tais como o imediatismo em relação aos resultados, a predominância dos interesses individuais frente aos coletivos, momentos de desmobilização do coletivo de mulheres, dificuldades para fazer frente às despesas do local, tais como a luz,

A experiência no Conjunto Habitacional José Richa demonstra, portanto, o poder transformador da economia solidária quando combinada com o apoio acadêmico e técnico. Esse exemplo do coletivo de mulheres do conjunto inspira outras comunidades a adotarem abordagens colaborativas e sustentáveis, mostrando que é possível construir alternativas econômicas baseadas em solidariedade, cooperação e sustentabilidade.

2.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo desenvolveu um estudo de caso em um projeto de incubação de um EES em um bairro da periferia de Sarandi/PR – o Conjunto Habitacional José Richa, um bairro que foi inaugurado em 2014, como parte do “Projeto Minha Casa, Minha Vida”. Afastado do centro da cidade, que abriga, em sua maioria, uma população em situação de desemprego, pobreza e vulnerabilidade, é uma região desprovida de infraestrutura econômica e social.

A incubação deste EES foi conduzida por meio do projeto “Liderança Feminina e Economia Solidária: Geração de trabalho e renda no Conjunto Habitacional José Richa - Sarandi/PR”, por meio da Unitrabalho, incubadora da Universidade Estadual de Maringá. O período de vigência do projeto compreende de fevereiro de 2022 a fevereiro de 2025. O apoio financeiro à execução das atividades veio da Fundação Araucária.

Inicialmente, o objetivo era apoiar os moradores na criação de uma cooperativa de reciclagem, já que muitos deles viviam da coleta desses materiais. Todavia, com o andamento do projeto, percebeu-se o desinteresse em torno da cooperativa de recicláveis e a força da liderança feminina nas ações promovidas na comunidade, pelo que houve uma redefinição dos objetivos. A nova ideia passou a ser a incubação de um coletivo de mulheres costureiras, que, a partir dos princípios da economia solidária, pudesse promover a criação de um empreendimento que lograsse a promoção de trabalho e renda, com a melhoria das condições laborais das mulheres, autonomia financeira e redução da pobreza e da vulnerabilidade que caracterizam a comunidade.

Dentre os principais resultados, vale notar, que o projeto gerou e está gerando impactos significativos em diferentes dimensões da vida das mulheres moradoras do Conjunto Habitacional José Richa em Sarandi. Apesar das dificuldades cotidianas, está permitindo a geração de uma fonte de renda para as participantes, contribuindo no fortalecimento da autoestima e da autonomia feminina, permitindo-lhes contribuir ativamente para o sustento de suas famílias. O resultado final, é neste sentido, um aumento do bem-estar geral da comunidade e alívio da pobreza e vulnerabilidade social. A dimensão ambiental também é abarcada pelo projeto, uma vez que as lonas vinílicas, que são materiais inservíveis, são reutilizadas na fabricação de diversos produtos funcionais e com demanda certa no mercado.

É importante mencionar que, apesar dos avanços e impactos positivos promovidos pelo coletivo de mulheres costureiras, a economia solidária ainda é frequentemente vista pelos próprios participantes e pela comunidade como uma alternativa temporária, algo a ser aproveitado até que surja uma oportunidade de emprego formal. Essa percepção revela um

desafio cultural que vai além das condições econômicas: a valorização social do trabalho formal muitas vezes limita o reconhecimento da economia solidária como uma opção legítima e duradoura de geração de renda e autonomia. Para que iniciativas como esta atinjam sua plena efetividade, é necessário não apenas o apoio técnico e financeiro, mas também o fortalecimento de um ambiente que valorize e legitime a economia solidária como um caminho sustentável e capaz de transformar vidas a médio e longo prazo.

Com base neste estudo, é possível analisar também a importância da implementação de políticas públicas e estratégias que fortaleçam a participação feminina no mercado de trabalho em geral, inclusive em empreendimentos solidários, promovendo, assim, uma economia mais justa e inclusiva e, no caso específico deste EES, também ambientalmente sustentável.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V. F.; RIBEIRO, E. P. Diferença de salários por gênero no Brasil: Uma análise regional. **Revista Econômica do Nordeste**. v. 33, n. 2, p. 196-217. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/1748>. Acesso em: 03 out. 2024.

CARVALHO, M. C.; **Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo**: Uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviços Sociais) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012.

COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M. O.; PRONI, M. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Texto para Discussão**. Unicamp. EI, Campinas, n. 383, jun. 2020.

DIEESE. Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo. São Paulo. Acesso: <https://ecosol.dieese.org.br/>. Acesso em: 04 out. 2024

DUTRA, J. S.; DUTRA, T. A.; DUTRA, G. A. **Gestão de pessoas: realidade atual e desafios futuros**. São Paulo: Atlas. Acesso em: 03 out. 2024.

GOMEZ-BAGGETHUN, E. Rethinking work for a just and sustainable future. **Ecological Economics**, v. 200, p. 107506, out. 2022.

FERNANDES, R. Desigualdade salarial: Aspectos Teóricos. In: CORSEUIL, C. H.; COELHO, A. M.; SANTOS, D. D. **Estrutura salarial I: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2002, p. 1-50. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9867/1/Desigualdade.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

FAUSTINO, I. A. **A mulher do século XXI no mercado de trabalho: uma abordagem das diferenças salariais por gênero e cor no Brasil e macrorregiões**. Dissertação (Pós-graduação

em economia regional). Programa de Pós-Graduação em Economia Regional (PPE), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

GAIGER, L. I. G.; KUYVEN, P. S.; Economia solidária e trajetórias de trabalho: Uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.35, n.103, p. 01-18, 2020.

GONÇALVES, C. G.; FLEURY e SILVA, B. (2020). Cidade (Re) segregada: o direito à cidade a partir da avaliação do Programa Minha Casa Minha Vida em Sarandi-PR. **Brazilian Journal of Development**, 6 (6), 40824-40842.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2024). Portal Cidades@. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/sarandi/panorama>. Acesso em 20/12/2024.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LIMA, P. V. P. *et al.* Distribuição espacial da desigualdade de gênero no Brasil. **Revista Internacional Interdisciplinar. Florianópolis**, v. 12, n. 1, p. 292-320, Jan-jun. 2015.

LIMA, L. R.; MORAES, S. F. S.; NODARI, T. M. S. A desigualdade de gênero no mercado de trabalho: aplicação do princípio da igualdade para a efetivação do princípio da não discriminação da mulher. **Scientific Electronic Archives**, v. 9, n. 5, p. 161-169, 2016.

MAIA, K.; CATELAN, D. W.; BACCHI, M. D.; FONSECA, M. R. Diferença salarial e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região sul do Brasil. **Revista Estudo e Debate**, Lajeado, v. 25, n.1, p. 7-31, 2018. Disponível em: <https://www.univates.br/revistas/index.php/estudoedebate/article/view/1351/1293>. Acesso em 10 out. 2024.

MEGDA, Renan Souza. **Discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro de 2012 até 2019: Uma análise econométrica**. 2020. Monografia (Bacharel em Ciências Econômicas). Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública - FACE, Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MONTALI, L. Família, trabalho e desigualdade no início do século XXI. **Revista Brasileira de Sociologia – RBS**, v.2, n. 4, p. 109-134, 2014. Disponível em: <https://rbs.sbsociologia.com.br/rbs/article/view/121>. Acesso em: 20 dez. 2024.

NOBRE, M.; CATTANI, A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Editora Veraz e Unitrabalho, jan. 2003.

NASCIMENTO, E. M.; AMORIM, R. L.; ABREU, T. L.; ROLIM, W. V. Mulherar: Vivência e Experiências Solidárias. **Revista Gestão e Organização**, v. 05, n. 02, jan./jun. 2020.

OBSERVATÓRIO NACIONAL DA ECONOMIA SOLIDÁRIA E DO COOPERATIVISMO. **Empreendimentos de Economia Solidária**. (2015). Disponível em: <https://ecosol.dieese.org.br/>. Acesso em: 01 de set. 2024.

OLIVEIRA, D. A. C. **Mulher na economia solidária: Reflexões sobre sua participação**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2023.

PASCHOALINO, P. A. T; PLASSA, W.; SANTOS, M. P. dos. Discriminação de gênero no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o ano 2015. **Revista Econômica do Nordeste**, [S. l.], v. 48, n. 3, p. 43–54, 2017. DOI: 10.61673/ren.2017.430. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/revista/ren/article/view/430>. Acesso em: 29 jul. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI. **Prefeitura Municipal**, 2024. Disponível em: <https://www.sarandi.pr.gov.br/web/index.php/servicos>. Acesso em: 22 jul. 2024.

RELATÓRIO EMPREENDIMIENTOS CADSOL. **Ministério do Emprego e Trabalho**, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/assuntos/economia-solidaria/cadastro-nacional-de-empreendimentos-economicos-solidarios-cadsol>. Acesso em: 14 jun. 2025.

RIBEIRO, K. A.; Economia solidária, uma alternativa à geração de trabalho e renda em territórios semiáridos: dificuldades e perspectivas. **Teoria e Evidência Econômica**, n. 46, p.54-72, jan./jun. 2016.

RUBIM, A. O.; NEY, V. S. P. A participação da mulher na economia solidária: uma análise da desigualdade de gênero no Brasil. In: Semana de Economia, X, 2022, Campos dos Goytacazes. **Anais [...]** Campos dos Goytacazes: SEECO,2022, v. 2, p.23-24.

SARAIVA, et al. Desigualdades salariais por gênero no mercado de trabalho: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Contribuições a las Ciencias Sociales**, São José dos Pinhais, v. 17, n. 7, p. 01-18, 2024.

SIMON, V. P.; BOEIRA, S. L. Empoderamento Feminino na Economia Social e Solidária. Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais, IV, 2016, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: 2016, p. 1-24.

SIMON, Vanessa Pereira; BOEIRA, Sergio Luís. Economia social e solidária e empoderamento feminino. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 53, n. 3, p. 532-542, set./ dez., 2017.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

CONCLUSÃO GERAL DA PESQUISA

Esta dissertação buscou integrar duas dimensões centrais para a compreensão dos mecanismos de exclusão e inclusão produtiva no mercado de trabalho brasileiro: de um lado, os determinantes macroeconômicos do desalento, analisados a partir de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) no período de 2012 a 2024; de outro, a economia solidária, destacando o papel da liderança feminina em empreendimentos comunitários. Ao articular essas duas perspectivas complementares, a pesquisa possibilitou uma compreensão ampla e multifacetada dos desafios enfrentados por trabalhadores marginalizados, bem como das estratégias concretas de resistência e superação desses desafios.

O mercado de trabalho brasileiro permanece marcado por exclusões estruturais profundas, que se manifestam em fenômenos como o desalento, a desistência da busca por emprego diante da ausência de perspectivas reais de inserção. Trata-se de uma condição persistente e estrutural, não de um episódio conjuntural ou passageiro, que impacta de forma desproporcional mulheres, pessoas negras, jovens, idosos e indivíduos com baixa escolaridade. Além de agravar a vulnerabilidade econômica, o desalento afeta a subjetividade dos trabalhadores, corroendo autoestima, sentido de pertencimento e capacidade de projetar futuros profissionais. Nesse contexto, a economia solidária emerge como alternativa relevante para romper o ciclo vicioso da exclusão, oferecendo modalidades de trabalho pautadas por autogestão, cooperação, solidariedade e valorização do trabalho humano.

A análise quantitativa evidenciou que o desalento possui natureza estrutural e persistente, fortemente condicionado por variáveis macroeconômicas como investimento produtivo (FBCF), exportações, inflação e confiança empresarial. A constatação de que o crescimento do PIB, isoladamente, não reduz significativamente o desalento indica que o crescimento econômico precisa ser acompanhado de políticas ativas de inclusão e proteção social voltadas para os segmentos mais vulneráveis. Essa dinâmica reforça a necessidade de uma agenda integrada, combinando estímulos econômicos com ações locais e comunitárias, como os empreendimentos de economia solidária.

O estudo de caso desenvolvido no Conjunto Habitacional José Richa e em outros empreendimentos analisados demonstra que a economia solidária vai além de uma simples alternativa ocupacional: configura-se como estratégia de inclusão social, empoderamento e transformação coletiva. Contudo, persiste uma limitação importante, a percepção social que frequentemente a reduz a solução temporária, um “trampolim” para o mercado formal. Tal visão, compartilhada tanto por participantes quanto pelo imaginário social mais amplo, revela

um estigma que limita o reconhecimento da economia solidária enquanto modelo legítimo, sustentável e duradouro de geração de renda. Essa concepção está alinhada à ideia hegemônica de que apenas o trabalho formal garante dignidade e estabilidade, o que pode enfraquecer o engajamento e comprometer a consolidação de empreendimentos solidários.

Superar essa barreira é, portanto, um desafio crucial para a plena valorização da economia solidária. Políticas públicas precisam ir além do suporte emergencial e objetivar a construção de um ambiente propício à sustentabilidade desses empreendimentos, com investimentos contínuos em capacitação, assistência técnica, acesso a mercados e financiamento adequado. O fortalecimento da autonomia econômica dos trabalhadores solidários, especialmente das mulheres, que enfrentam múltiplas vulnerabilidades, depende da superação desse estigma e do reconhecimento da economia solidária como um vetor de desenvolvimento local sustentável e emancipação social.

Os resultados qualitativos da dissertação reforçam essa potencialidade transformadora da economia solidária, evidenciando o fortalecimento da autoestima, o protagonismo feminino e a ressignificação do trabalho entre os participantes. A experiência das costureiras de Sarandi/PR, apoiadas pela Incubadora Unitrabalho da UEM, exemplifica como o desenvolvimento de habilidades técnicas e gerenciais pode fomentar a autonomia e a capacidade de gerar renda de forma digna e sustentável, mesmo em contextos adversos. Essa dimensão humana e social da economia solidária é um componente essencial para combater a exclusão e o desalento, complementando as intervenções macroeconômicas.

Ao unir essas duas dimensões, esta pesquisa evidenciou que o enfrentamento da exclusão produtiva e do desalento exigem uma abordagem multiescalar, que articule políticas públicas estruturais e iniciativas de base comunitária. Essa integração é fundamental para promover um ambiente propício ao trabalho digno, à inclusão social e ao desenvolvimento humano sustentável. A economia solidária, ao mesmo tempo em que responde a necessidades imediatas de geração de trabalho e renda, tem potencial para fomentar processos de empoderamento, cooperação e resiliência social, complementando as políticas macroeconômicas que moldam o cenário econômico geral.

Do ponto de vista acadêmico, a pesquisa contribui para a ampliação do conhecimento sobre as inter-relações entre economia solidária, mercado de trabalho e macroeconomia, ao integrar metodologias qualitativas e quantitativas de forma inovadora. Essa abordagem multidimensional oferece subsídios para futuras pesquisas que possam aprofundar a análise das dinâmicas locais e estruturais que influenciam a inclusão produtiva e o desalento.

Por outro lado, do ponto de vista prático e recomendações de políticas, a dissertação aponta para a relevância da formulação de políticas públicas mais direcionadas e eficazes, que valorizem os empreendimentos solidários como espaços legítimos de geração de trabalho e renda, e promovam a capacitação, o acesso a mercados e o financiamento para esses grupos. Políticas que combatam o estigma e reconheçam a economia solidária como parte integrante das estratégias de desenvolvimento econômico e social são fundamentais para ampliar a inclusão e reduzir desigualdades, especialmente de gênero.

O estudo apresenta limitações. No ensaio qualitativo, o estudo de caso não permite generalizações para todos os empreendimentos solidários, embora ofereça *insights* relevantes na compreensão do panorama nacional dos EES. No ensaio quantitativo, a disponibilidade de dados e a natureza agregada das variáveis macroeconômicas impõem restrições à análise, abrindo espaço para investigações futuras com séries mais longas ou métodos complementares.

Por fim, esta pesquisa evidencia que a construção de um mercado de trabalho mais justo e inclusivo passa pela articulação entre ações locais e políticas estruturais. A economia solidária, ao promover empoderamento feminino e inclusão produtiva, e as política macroeconômicas, ao moldar o contexto geral de oportunidades, não devem ser vistas como esferas desconectadas, mas como partes de uma mesma estratégia de transformação social. Essa integração é essencial para enfrentar o desalento, reduzir desigualdades e reforçar os laços comunitários, contribuindo para um projeto de desenvolvimento mais equitativo e sustentável para o Brasil.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. ***Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho***. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ANJOS, Marina da Fonseca; CARDOSO, Marta Rezende. Da exclusão social ao desalento: Um olhar “Decolonial”. **Ágora**, Rio de Janeiro, v. XXVI, 2023.

COTRIM, L. R.; TEIXEIRA, M. O.; PRONI, M. Desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal no Brasil. **Texto para Discussão**. Unicamp. EI, Campinas, n. 383, jun. 2020.

DESEMPREGO. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 25 abr. 2019.

ERICSON, Sóstenes. Desalentados: subjetivação em dizeres sobre mulheres que desistiram de procurar trabalho. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 707-719, set./ dez. 2020.

FILGUEIRAS, Vitor. Araujo; CAVALCANTE, Sávio Machado. What has changed: a new farewell to the working class? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, 2020.

GAIGER, L. I.; Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, v. 84, p. 81-99, Mar. 2009.

GONZAGA, G.; REIS, M. C. Oferta de Trabalho e Ciclo Econômico: Os efeitos Trabalhador Adicional e Desalento no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 65, n.2, p. 127-148, abr. / jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbe/a/tzyC7XGTMl5wRvS84PRjdVg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 abr. 2025.

INSTITUTO NACIONAL DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em: 25 fev. 2025.

LIMA, P. V. P. *et al.* Distribuição espacial da desigualdade de gênero no Brasil. **Revista Internacional Interdisciplinar. Florianópolis**, v. 12, n. 1, p. 292-320, Jan-Jun. 2015.

LONG, Clarence D. The Labor Force under Changing Income and Employment. **Princeton University Press**, Princeton. 458-467, 1953.

SILVA, R. M. A.; SCHIOCHET, V. Economia Solidária no Plano Brasil Sem Miséria: a construção de estratégias emancipatórias para a superação da pobreza extrema. In: CORSEUIL, Carlos Henrique (Org.). **Mercado De Trabalho: Conjuntura e Análise**. Brasília: Ipea, 2013. p. 69-82.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.